



CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

PROCESSO Nº 200.803/2026

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO – CREA-ES**, Autarquia Federal de Fiscalização Profissional, por intermédio da **Comissão de Contratação**, sediado na Rua Izidro Benezath, nº 48, Ed. SIX, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-300, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço unitário**, por meio da plataforma **Compras.gov.br**, em **modo de disputa aberto**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas aplicáveis, bem como das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

A sessão pública será realizada no dia **conforme publicação no sistema**, às **10h**, horário de Brasília/DF, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.gov.br/compras**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para renovação de licenças de software antivírus BitDefender GravityZone Business Security Enterprise, com suporte, garantia e atualização, pelo período de 36 (trinta e seis) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A contratação compreende o quantitativo de **350 (trezentas e cinquenta) licenças**, destinadas à proteção do ambiente tecnológico do CREA-ES, abrangendo servidores, desktops e notebooks, nos termos do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto será adjudicado por **item único**, adotando-se o regime de execução por **preço unitário**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.4. A vigência contratual será de **36 (trinta e seis) meses**, vedada sua prorrogação, nos termos definidos no Termo de Referência.

1.5. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do **Termo de Referência**, sem prejuízo da aplicação da legislação pertinente.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A presente licitação será processada e julgada na modalidade **Pregão Eletrônico**, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade, bem como as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas aplicáveis.

2.2. Aplicam-se a este certame, além da legislação referida no subitem anterior, as regras operacionais da plataforma **Compras.gov.br**, no que couber, e as exigências previstas neste Edital e em seus anexos.

2.3. A licitação tem por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, visando à contratação de empresa especializada para a renovação de licenças de software antivírus corporativo, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

2.4. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário**, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

2.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo III – Análise de Riscos;

Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo V – Minuta de Contrato.

2.6. As especificações técnicas, quantitativos, condições de execução, requisitos da contratação, forma de recebimento, obrigações das partes, critérios de medição e pagamento, bem como demais condições específicas do objeto constam do **Termo de Referência**, do **Estudo Técnico Preliminar** e da **Análise de Riscos**, que integram o presente instrumento convocatório.

2.7. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão, para fins de interpretação e execução do objeto, as disposições do **Termo de Referência**, sem prejuízo da observância da legislação aplicável.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

2.8. A participação nesta licitação implica a plena ciência e aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação e, quando for o caso, pelo Pregoeiro, com fundamento na legislação aplicável, nos princípios que regem a Administração Pública e nas disposições deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF** e no sistema eletrônico **Compras.gov.br**, na forma da legislação aplicável.

3.2. A participação nesta licitação é aberta a quaisquer pessoas jurídicas que atendam às exigências previstas neste Edital e em seus anexos, e que possuam capacidade para executar o objeto, consistente na renovação de licenças de software antivírus corporativo, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

3.3. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, assim enquadradas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação aplicável, especialmente no que se refere à regularização fiscal e trabalhista tardia, ao critério de desempate ficto e às demais prerrogativas legalmente cabíveis, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.

3.4. O licitante que pretenda usufruir dos benefícios previstos para microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos legais para enquadramento, respondendo pela veracidade da declaração prestada.

3.5. Não poderão se beneficiar do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 as pessoas jurídicas que incidirem em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar.

3.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante,





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7. Não poderão participar desta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos;

3.7.2. pessoa física;

3.7.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da legislação vigente, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, atuando nessa condição, quando houver vedação legal;

Página 4 de 140





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.7.11. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, caso esta forma de participação não seja admitida neste Edital.

3.8. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto possui natureza comum, execução padronizada e mercado amplamente apto ao atendimento da demanda, sem complexidade que justifique a conjugação de esforços empresariais para sua execução. O objeto, inclusive, foi classificado como bem ou serviço comum no Termo de Referência.

3.9. O impedimento de que trata o subitem **3.7.5.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração, poderá ser verificada a existência de sanções, impedimentos e registros restritivos em nome do licitante, inclusive mediante consulta aos cadastros oficiais competentes.

3.11. Como condição para participação, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.12. A simples participação neste certame importa na aceitação integral e irretratável de todos os termos, condições e exigências previstos neste Edital e em seus anexos.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR

4.1. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão estar previamente credenciados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF** e no sistema eletrônico de compras do Governo Federal, disponível no endereço **www.gov.br/compras**.

4.2. O credenciamento no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e a aceitação das regras de funcionamento da plataforma, bem como das condições previstas neste Edital.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4.3. O licitante é o responsável exclusivo pela manutenção do sigilo da senha e demais credenciais de acesso ao sistema, não cabendo ao CREA-ES, ao provedor do sistema ou a qualquer outro órgão da Administração responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido dessas credenciais, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento permitirá ao interessado encaminhar proposta, participar da fase de lances, manifestar intenção de recorrer, interpor recursos e praticar os demais atos inerentes ao certame, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.5. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Incumbirá ao licitante verificar previamente as condições técnicas necessárias para acesso e operação no sistema, incluindo equipamentos, programas, conexão de internet e demais requisitos indispensáveis à participação no certame.

4.7. Eventuais dúvidas quanto ao credenciamento, à operacionalização do sistema ou à recuperação de senha deverão ser solucionadas diretamente junto aos canais de atendimento disponibilizados pela plataforma **Compras.gov.br**.

4.8. O uso da plataforma eletrônica para participação no certame vincula o licitante às declarações eletrônicas nela firmadas, inclusive quanto à veracidade das informações prestadas e ao atendimento das condições de participação e habilitação exigidas neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Após a divulgação deste Edital no sistema eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **Compras.gov.br**, a **proposta de preços** e os **documentos de habilitação** exigidos para o certame, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação ocorrerá por meio de chave de acesso e senha do licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade a inserção correta das informações no sistema.

5.3. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para o item licitado, já considerados e inclusos todos os custos diretos e





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

indiretos necessários ao pleno cumprimento do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, suporte técnico, garantia, atualização, treinamento, despesas operacionais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

5.4. A proposta deverá observar integralmente as especificações do objeto, quantitativos, prazos, condições de execução e demais requisitos constantes neste Edital e em seus anexos, especialmente no **Termo de Referência**.

5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.6. Após a abertura da sessão pública, não será admitida a retirada da proposta, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante decisão fundamentada do Pregoeiro.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação dos documentos cuja publicidade seja exigida por lei ou regulamento.

5.8. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação ou inabilitação, conforme o caso:

5.8.1. que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e em seus anexos;

5.8.2. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.8.3. que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega;

5.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

5.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.8.6. que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.8.7. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicável.

5.9. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que pretenda usufruir do tratamento favorecido previsto na legislação deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos legais para sua qualificação, sem prejuízo da apresentação dos documentos comprobatórios quando exigidos.

5.10. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital, sem prejuízo das demais consequências civis e penais cabíveis.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.12. Serão desconsideradas quaisquer ofertas de vantagem não previstas neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

5.13. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos próprios relativos ao objeto da licitação.

6.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

6.2.1. a descrição do objeto ofertado, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus anexos;

Página 8 de 140





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.2.2. o valor unitário e o valor total do item, expressos em moeda corrente nacional;

6.2.3. a indicação de que o preço ofertado contempla todos os custos necessários ao cumprimento integral do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, suporte técnico, garantia, atualização, treinamento e demais despesas incidentes sobre a contratação;

6.2.4. o prazo de validade da proposta, que não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, salvo se outro prazo superior estiver previsto no sistema ou no Anexo de Proposta Comercial.

6.3. O licitante deverá observar, no preenchimento da proposta, as especificações técnicas e condições estabelecidas para a solução pretendida, especialmente quanto à renovação de **350 licenças** de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração posterior, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6. Não será admitida a apresentação de proposta com quantitativo inferior ao previsto para o item, nem proposta alternativa, parcial, condicional ou com cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

6.7. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos, quando divulgados pela Administração, e observarão, sob pena de desclassificação, as regras de aceitabilidade da proposta previstas neste Edital.

6.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.8.1. está ciente do inteiro teor do Edital e de seus anexos;

6.8.2. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.8.3. sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.9. O licitante deverá registrar no sistema eletrônico descrição suficientemente clara do objeto ofertado, vedada a simples reprodução de expressões genéricas que impeçam a adequada verificação da conformidade da proposta.

6.10. Caso seja exigido catálogo, ficha técnica, prospecto, documento do fabricante ou outro elemento comprobatório, estes deverão ser apresentados pelo licitante provisoriamente vencedor, no prazo e na forma definidos pelo Pregoeiro.

6.11. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos.

6.12. O descumprimento das exigências formais e materiais relativas ao preenchimento da proposta poderá ensejar sua desclassificação, observado o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que:

7.4.1. não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos;

7.4.2. contenham vícios insanáveis;





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

7.4.3. não apresentem as especificações técnicas exigidas para o objeto;

7.4.4. apresentem preços inexequíveis ou permaneçam acima do valor estimado para a contratação, quando este tiver caráter sigiloso apenas até o encerramento da fase de lances ou quando houver critério de aceitabilidade expressamente fixado;

7.4.5. apresentem desconformidade relevante com as exigências do instrumento convocatório, capaz de comprometer o julgamento objetivo da licitação.

7.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. Não havendo propostas classificadas, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para adoção das providências cabíveis ou declarar o certame fracassado, conforme o caso.

7.8. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar falhas formais, erros materiais ou omissões que não alterem a substância das propostas, nem comprometam a isonomia entre os licitantes, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Para fins de classificação preliminar, serão observadas as especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência, especialmente quanto à compatibilidade da solução ofertada com o objeto licitado, consistente na renovação de licenças de software antivírus corporativo, com suporte, garantia e atualização pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

7.10. Eventual suspensão da sessão pública será comunicada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, com indicação, sempre que possível, da data e horário previstos para sua retomada.

7.11. Após a verificação e classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, nos termos deste Edital.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 8.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.3.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,01 (um centavo)**, salvo se outro valor vier a ser expressamente indicado no sistema.
- 8.5.** Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas.
- 8.6.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.7.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.8.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.9.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.12.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato aos participantes no próprio sistema.

8.13. Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará, quando for o caso, a ocorrência de empate ficto, nos termos da legislação aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, possibilitando a aplicação do tratamento favorecido previsto em lei.

8.14. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, a Administração poderá admitir o registro de demais propostas nas mesmas condições da primeira colocada, para fins de formação de cadastro de reserva, quando cabível e se houver previsão no instrumento convocatório.

8.15. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa para a Administração, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.16. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. Em razão da natureza do objeto, a fase de lances observará o julgamento pelo **menor preço unitário**, relativamente ao item único licitado, correspondente à renovação de licenças de software antivírus com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a fase de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário**, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

9.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.3.1. conter vícios insanáveis;

9.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital e em seus anexos;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

9.3.3. apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do valor estimado para a contratação, quando este puder ser validamente utilizado como parâmetro de aceitabilidade;

9.3.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável ou que comprometa o julgamento objetivo.

9.4. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos apresentados e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.5. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, especialmente quando o preço ofertado se mostrar significativamente inferior aos valores de mercado ou ao estimado pela Administração.

9.6. Para fins de análise da aceitabilidade da proposta, poderão ser considerados, entre outros elementos, planilhas, catálogos, fichas técnicas, documentos do fabricante, declarações, comprovações de compatibilidade técnica e demais documentos que evidenciem que a solução ofertada atende integralmente às especificações exigidas.

9.7. O julgamento observará a plena conformidade da proposta com o objeto licitado, especialmente quanto à renovação de **350 licenças** de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, nos termos do Termo de Referência.

9.8. Caso a proposta classificada em primeiro lugar seja desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

9.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para a realização de diligências, análises técnicas ou exame mais detido da proposta, informando no sistema a data e o horário previstos para sua retomada.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

9.10. Encerrado o julgamento das propostas, sendo aceita a melhor oferta, passar-se-á à verificação dos documentos de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante mais bem classificado, para que seja obtida proposta mais vantajosa para a Administração, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo por ele fixado, encaminhe a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.4. A negociação poderá ter por objeto a redução do preço ofertado, o saneamento de falhas formais, o ajuste da proposta aos termos do Edital e a confirmação de condições técnicas, comerciais e operacionais da oferta, desde que não haja modificação substancial do objeto proposto nem violação da isonomia entre os licitantes.

10.5. O não envio da proposta adequada ou dos documentos complementares solicitados, no prazo assinalado pelo Pregoeiro, poderá ensejar a desclassificação da proposta, hipótese em que será examinada a proposta subsequente, na ordem de classificação.

10.6. A negociação não confere ao licitante direito adquirido à contratação, permanecendo a proposta sujeita à análise de aceitabilidade e à verificação do atendimento integral das exigências de habilitação e das especificações do objeto.

10.7. Na negociação, será observada a compatibilidade da proposta com o objeto licitado, consistente na renovação de licenças de software antivírus corporativo, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

10.8. Frustrada a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, o Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, observada a ordem de classificação, até a obtenção de proposta considerada vantajosa para a Administração.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante provisoriamente vencedor, por meio da análise dos documentos exigidos neste Edital, podendo consultar, para tanto, o **SICAF** e demais bases oficiais disponíveis.

11.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, na forma da legislação aplicável, e deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ e do respectivo endereço, observada a compatibilidade com o objeto licitado.

11.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, serão exigidos os documentos previstos na legislação aplicável e neste Edital.

11.4. Habilitação jurídica

11.4.1. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.2. microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

11.4.3. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, quando cabível: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.4. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

11.4.5. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente da respectiva sede;

11.4.6. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata a legislação específica.

11.4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista

11.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

11.5.2. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

11.5.3. prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**;

11.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

11.5.5. prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** e/ou **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.6. Qualificação econômico-financeira

11.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.6.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Página **17** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

11.6.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura.

11.6.4. A boa situação financeira do licitante poderá ser avaliada pelos índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a **1 (um)**, calculados na forma usualmente adotada pela Administração, sem prejuízo de outros critérios legalmente admitidos.

11.7. Qualificação técnica

11.7.1. comprovação de aptidão para execução de objeto compatível com o desta licitação, por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) que o licitante executou ou executa fornecimento/licenciamento de solução de segurança digital, antivírus corporativo, endpoint protection ou solução equivalente, com suporte e atualização, em características compatíveis com o objeto do certame;

11.7.2. para fins de comprovação da compatibilidade técnica, serão considerados pertinentes atestados que demonstrem experiência com licenciamento e suporte de solução corporativa de proteção de endpoints, estações de trabalho e/ou servidores, preferencialmente com gerenciamento centralizado, uma vez que o objeto envolve renovação de licenças de solução já padronizada no ambiente do CREA-ES.

11.7.3. quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante deverá apresentar documentos complementares que comprovem a aderência da solução ofertada às especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, inclusive catálogos, fichas técnicas, prospectos, declarações do fabricante ou do distribuidor, part numbers, documentação oficial do produto ou outros meios idôneos de prova;

11.7.4. considerando a padronização tecnológica justificada no Termo de Referência, poderá ser exigida do licitante vencedor, para fins de contratação, comprovação de que a solução ofertada corresponde efetivamente à renovação das licenças **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, compatível com o ambiente existente e com os respectivos códigos do fabricante ("part number"), sem prejuízo da competitividade entre distribuidores aptos ao fornecimento.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

11.7.5. a documentação técnica deverá evidenciar que a solução atende aos requisitos mínimos de proteção, gerenciamento centralizado, atualização, suporte e demais funcionalidades descritas nos anexos do certame.

11.8. Declarações complementares

11.8.1. O licitante deverá apresentar, quando exigido pelo sistema ou pelo Pregoeiro, as declarações complementares relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação, inexistência de fatos impeditivos, cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, reserva de cargos legalmente prevista e demais exigências legais pertinentes.

11.9. Disposições gerais sobre a habilitação

11.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que já constem do SICAF poderão ser dispensados de apresentação, assegurado ao Pregoeiro o direito de solicitar o envio atualizado ou complementar sempre que necessário.

11.9.2. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

11.9.3. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

11.9.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará decadência desse direito e autorizará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

12.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais, exclusivamente por meio eletrônico, na forma disponibilizada pelo sistema.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

12.4. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os recursos e as contrarrazões deverão ser dirigidos à autoridade competente, por intermédio do Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo legal ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los devidamente informados para decisão superior.

12.7. O recurso será recebido no efeito devolutivo, salvo quando, por decisão fundamentada, for atribuído efeito suspensivo, nos termos da legislação aplicável.

12.8. O julgamento dos recursos observará os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade, da motivação e do interesse público.

12.9. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo, sem motivação adequada, por meio diverso do previsto neste Edital ou subscritos por representante sem poderes para tal.

12.10. O resultado do julgamento do recurso será divulgado no sistema eletrônico e disponibilizado aos licitantes, produzindo efeitos desde a respectiva publicação.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exaurida a fase recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame.

13.2. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será realizada pelo Pregoeiro, quando não houver recurso, ou pela autoridade competente, quando houver recurso ou quando a legislação assim o exigir.

13.3. A homologação do resultado desta licitação compete à autoridade competente do CREA-ES, que verificará a regularidade dos atos praticados e a conformidade do procedimento com a legislação aplicável, com este Edital e com seus anexos.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

13.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

13.5. A homologação do certame não gera, por si só, direito à contratação, permanecendo esta condicionada à observância das disposições legais, à manutenção das condições de habilitação e à conveniência e oportunidade da Administração, dentro do prazo de validade da proposta.

13.6. Na hipótese de o adjudicatário não comprovar a manutenção das condições de habilitação, recusar-se a assinar o contrato ou deixar de cumprir exigência indispensável à formalização da contratação, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.7. O objeto adjudicado e homologado corresponde à contratação de empresa especializada para renovação de licenças de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, nos termos deste Edital e do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação do certame, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato administrativo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do interessado e aceitação da Administração.

14.2. A convocação para assinatura do contrato será realizada por meio eletrônico, correio eletrônico institucional, sistema oficial ou outro meio idôneo admitido pela Administração.

14.3. Previamente à assinatura do contrato, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e a regularidade do adjudicatário, inclusive mediante consulta ao SICAF e a outros cadastros oficiais pertinentes.

14.4. Constitui condição para a formalização da contratação a comprovação, pelo adjudicatário, de que permanece apto a executar o objeto licitado, bem como a apresentação de eventuais documentos complementares exigidos neste Edital, no Termo de Referência ou solicitados justificadamente pela Administração.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

14.5. O contrato será firmado com fundamento nas disposições deste Edital, de seus anexos, da proposta vencedora, do Termo de Referência e da legislação aplicável, vinculando as partes em todos os seus termos.

14.6. O adjudicatário deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, sem prejuízo das sanções cabíveis, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do edital, ou revogar a licitação.

14.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

14.8.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa; ou

14.8.2. revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das medidas legalmente cabíveis.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

14.10. O instrumento contratual a ser celebrado observará a minuta constante do **Anexo V** deste Edital.

14.11. A contratação decorrente deste certame terá por objeto a renovação de licenças de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, conforme condições definidas no Termo de Referência.

14.12. A assinatura do contrato não afasta o dever da contratada de apresentar, quando exigido pela Administração, comprovação de compatibilidade da solução ofertada com o ambiente tecnológico existente, inclusive quanto à marca, versão, part number, suporte e atualização da solução contratada, nos termos do Termo de Referência.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

15. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura, observado o disposto no Termo de Referência.

15.2. A vigência contratual corresponde ao período necessário para a disponibilização, manutenção e fruição das licenças contratadas, bem como para a prestação dos serviços de suporte, garantia, atualização e demais obrigações acessórias previstas no objeto.

15.3. Nos termos do Termo de Referência, fica **vedada a prorrogação contratual**, por se tratar de contratação com prazo previamente definido para o fornecimento das licenças e respectivos serviços associados.

15.4. A eficácia do contrato ficará condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma da lei.

15.5. A vigência contratual não se confunde com os prazos de execução, entrega, implantação, ativação, suporte técnico, atualização, garantia, repasse de conhecimento, recebimento provisório e recebimento definitivo, os quais observarão as condições específicas previstas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com este Edital, com o Termo de Referência, com sua proposta e com a legislação aplicável, fornecendo a solução contratada com qualidade, regularidade, segurança e plena aderência às especificações técnicas exigidas.

16.2. Disponibilizar a renovação de **350 (trezentas e cinquenta) licenças** do software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.3. Garantir que a solução fornecida permaneça ativa durante toda a vigência contratual, em regime de subscrição, assegurando a continuidade da proteção dos endpoints, servidores e demais ativos de TIC abrangidos pela contratação.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

16.4. Fornecer suporte técnico, garantia, atualização de versões, atualização de assinaturas, correções, patches e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da solução durante toda a vigência do contrato.

16.5. Assegurar que a solução ofertada seja compatível com o ambiente tecnológico existente no CREA-ES, observada a padronização justificada no Termo de Referência, inclusive quanto à marca, versão, part number, arquitetura, interoperabilidade, gerenciamento centralizado e continuidade operacional.

16.6. Disponibilizar console de gerenciamento centralizado, com recursos de controle, operacionalização, aplicação de políticas, monitoramento em tempo real, relatórios e administração dos endpoints protegidos, na forma exigida nos anexos do certame.

16.7. Permitir, por meio da solução contratada, a instalação remota das licenças ou agentes em servidores, estações de trabalho e máquinas virtualizadas, bem como a remoção de soluções antivírus previamente instaladas, quando cabível.

16.8. Fornecer repasse de conhecimento e treinamento à equipe técnica da contratante, na forma prevista no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, de modo a garantir a adequada operacionalização da solução.

16.9. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, os serviços, licenças, componentes ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, incompatibilidades ou desconformidades com as exigências contratuais.

16.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CREA-ES ou a terceiros em razão de falha, omissão, inadequação da solução, defeito de funcionamento ou conduta de seus prepostos, devendo promover o devido ressarcimento, quando cabível.

16.11. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.12. Indicar formalmente preposto ou representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual, apto a receber notificações, prestar esclarecimentos, adotar providências e solucionar ocorrências relacionadas ao contrato.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

16.13. Prestar, em tempo hábil, todos os esclarecimentos, informações técnicas, documentos, relatórios, evidências de suporte e demais elementos solicitados pela fiscalização ou gestão contratual.

16.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Administração, quando admitida legalmente.

16.15. Observar as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, segurança da informação, sigilo, confidencialidade e privacidade, mantendo-se em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**, inclusive prestando as orientações necessárias à contratante quando exigido pelo objeto.

16.16. Garantir que os softwares, arquivos, mídias, pacotes de instalação, agentes, atualizações e demais componentes fornecidos estejam íntegros, livres de rotinas maliciosas, vírus, worms, spyware ou qualquer outro elemento nocivo à segurança do ambiente computacional da contratante.

16.17. Cumprir os níveis mínimos de qualidade, desempenho, disponibilidade e funcionalidade exigidos para a solução, sujeitando-se à fiscalização técnica, aos instrumentos de medição de resultado e aos mecanismos de avaliação previstos no Termo de Referência e no contrato.

16.18. Responder integralmente por seus empregados, técnicos, representantes e prepostos, bem como por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução contratual, não havendo qualquer vínculo desses profissionais com o CREA-ES.

16.19. Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, a continuidade dos serviços, a segurança do ambiente tecnológico, a integridade dos dados ou o cumprimento dos prazos contratuais.

16.20. Abster-se de praticar qualquer ato que comprometa a segurança lógica, a integridade dos sistemas, a confidencialidade das informações institucionais ou o regular funcionamento do ambiente de TIC do CREA-ES.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Edital, com seus anexos, com o Termo de Referência, com a proposta apresentada e com o contrato.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

17.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no contrato, promovendo as verificações necessárias quanto à conformidade da solução entregue com as especificações técnicas exigidas.

17.3. Proporcionar à contratada as condições necessárias à regular execução do objeto, inclusive disponibilizando informações, acessos, dados técnicos e apoio operacional estritamente indispensáveis à ativação, gerenciamento, suporte e atualização da solução contratada.

17.4. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, ou comissão equivalente, para acompanhar e fiscalizar sua execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao ajuste e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.5. Notificar a contratada, por escrito ou por meio eletrônico idôneo, acerca de imperfeições, falhas, vícios, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para sua correção.

17.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e no contrato.

17.7. Efetuar o pagamento à contratada no prazo e na forma estabelecidos neste Edital e no contrato, desde que cumpridas as condições previstas para liquidação da despesa.

17.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à execução do objeto, observados os limites do contrato e a preservação da segurança da informação institucional.

17.9. Verificar, durante a execução contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo exigir da contratada os documentos comprobatórios pertinentes.

17.10. Aplicar à contratada, quando cabível, as sanções previstas neste Edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.11. Atestar, por meio do fiscal ou gestor do contrato, o recebimento provisório e definitivo do objeto, após a verificação da conformidade das licenças, do suporte, da garantia, das atualizações e demais obrigações contratuais.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

17.12. Zelar para que a execução do objeto ocorra em conformidade com as políticas internas de tecnologia da informação, segurança da informação e proteção de dados pessoais, observada a necessidade de proteção do ambiente tecnológico institucional. O ETP destaca a necessidade de gerenciamento centralizado, monitoramento em tempo real e proteção do parque computacional do CREA-ES.

17.13. Disponibilizar equipe técnica ou representantes habilitados para acompanhar, validar e receber o repasse de conhecimento ou treinamento previsto na contratação, em conformidade com os anexos do certame.

17.14. Adotar as providências necessárias à formalização da contratação, à publicação dos atos pertinentes e ao registro das ocorrências relevantes no processo administrativo e nos sistemas oficiais competentes.

18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições, especificações técnicas, quantitativos, prazos, exigências operacionais e demais disposições constantes neste Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na proposta vencedora e no contrato.

18.2. O objeto consiste na renovação de **350 (trezentas e cinquenta) licenças** de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, destinados à proteção do ambiente tecnológico do CREA-ES.

18.3. A execução contratual compreende, no mínimo:

18.3.1. o fornecimento e a ativação das licenças contratadas;

18.3.2. a prestação de suporte técnico durante toda a vigência contratual;

18.3.3. a disponibilização de atualizações, upgrades, patches, correções e assinaturas necessárias ao funcionamento da solução;

18.3.4. a garantia de continuidade operacional da solução;

18.3.5. o repasse de conhecimento ou treinamento previsto nos anexos do certame.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

18.4. A solução deverá ser executada de modo a assegurar proteção centralizada de endpoints, servidores, estações de trabalho, notebooks e demais ativos abrangidos pela contratação, observadas as características técnicas descritas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

18.5. A contratada deverá assegurar a plena compatibilidade da solução fornecida com o ambiente tecnológico existente no CREA-ES, inclusive quanto à continuidade da arquitetura implantada, interoperabilidade, gerenciamento centralizado e padronização da solução atualmente adotada.

18.6. A execução do objeto deverá contemplar, quando cabível, a instalação dos agentes, a ativação das licenças, a parametrização da solução, a manutenção da console de gerenciamento e a remoção de eventuais soluções antivírus anteriormente instaladas, nos termos definidos nos anexos do certame.

18.7. A solução deverá disponibilizar mecanismos de gerenciamento centralizado, aplicação de políticas, monitoramento em tempo real, acompanhamento do status dos endpoints e controle operacional compatível com a necessidade institucional do CREA-ES.

18.8. A contratada deverá executar o objeto com observância das boas práticas de tecnologia da informação, segurança cibernética, continuidade de serviços, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

18.9. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração designado(s) para esse fim, os quais poderão solicitar esclarecimentos, documentos, comprovações técnicas e correções necessárias ao fiel cumprimento contratual.

18.10. A constatação de falhas, vícios, incompatibilidades, indisponibilidades relevantes ou desconformidades na execução do objeto obrigará a contratada a promover, sem ônus adicional para a Administração e no prazo fixado pela fiscalização, a devida correção, substituição, regularização ou reexecução do que for necessário.

18.11. Os prazos específicos de entrega, ativação, disponibilização, implantação, repasse de conhecimento, suporte e regularização de falhas observarão as condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

18.12. A execução contratual deverá preservar a integridade, a confidencialidade, a disponibilidade e a autenticidade das informações institucionais, bem como a





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

regular continuidade das atividades administrativas do CREA-ES, em consonância com a finalidade da contratação.

19. DO RECEBIMENTO

19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da disponibilização, ativação ou entrega da solução contratada, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

19.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo fixado no contrato ou, na ausência de previsão específica, em até **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, conformidade, funcionamento, compatibilidade e regular execução do objeto, mediante termo circunstanciado ou atesto da autoridade competente.

19.3. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

19.3.1. as licenças contratadas foram regularmente disponibilizadas e ativadas;

19.3.2. a solução atende às especificações técnicas exigidas;

19.3.3. os serviços de suporte, garantia e atualização foram adequadamente disponibilizados;

19.3.4. a solução apresenta compatibilidade com o ambiente tecnológico do CREA-ES;

19.3.5. foram cumpridas as demais obrigações contratuais pertinentes ao estágio da execução.

19.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança, funcionamento e conformidade da solução, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.5. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto foi executado em desacordo com o contratado, com vícios, defeitos, falhas, incompatibilidades ou incorreções, a contratada será notificada para promover a regularização,





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

correção, substituição ou complementação necessária, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem **19.2** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado o recebimento definitivo, desde que não haja pendência formalmente registrada pela fiscalização.

19.7. O recebimento do objeto observará a natureza da contratação de solução de tecnologia da informação, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças, mas também a efetiva prestação de suporte, garantia, atualização e demais funcionalidades previstas para a solução contratada.

19.8. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo ou na forma de medição/aceite prevista contratualmente, desde que verificada a regular execução do objeto e o cumprimento das exigências fiscais, trabalhistas e contratuais aplicáveis.

19.9. O recebimento deverá ser formalizado por meio de registro nos autos do processo administrativo e, quando cabível, em sistema próprio de acompanhamento contratual.

20. DO SUPORTE, GARANTIA E ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

20.1. A contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a prestação de **suporte técnico, garantia e atualização** da solução contratada, sem ônus adicional para a Administração, além daquele já previsto no valor adjudicado.

20.2. O suporte técnico deverá abranger atendimento destinado à solução de falhas, incidentes, dúvidas operacionais, inconsistências, problemas de ativação, incompatibilidades, indisponibilidades, erros de funcionamento e demais ocorrências relacionadas à utilização da solução contratada.

20.3. A garantia da solução compreenderá a manutenção de seu regular funcionamento, a correção de defeitos, falhas ou vícios, bem como a disponibilização de providências técnicas necessárias à continuidade operacional da plataforma contratada.

20.4. A atualização da solução deverá contemplar, no mínimo:

20.4.1. atualização de versões;

20.4.2. atualização de assinaturas e definições de segurança;

Página **30** de **140**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

20.4.3. aplicação de patches e correções;

20.4.4. disponibilização de melhorias evolutivas compatíveis com a subscrição contratada;

20.4.5. atualização dos mecanismos de proteção necessários ao enfrentamento de novas ameaças cibernéticas.

20.5. A contratada deverá garantir que as licenças fornecidas permaneçam ativas e válidas por todo o período de **36 (trinta e seis) meses**, com suporte, garantia e atualização contínuos, conforme previsto no objeto da contratação.

20.6. O suporte, a garantia e a atualização deverão ser prestados de modo compatível com a natureza corporativa da solução, abrangendo a proteção do ambiente tecnológico do CREA-ES, com gerenciamento centralizado e suporte às estações de trabalho, servidores e demais endpoints abrangidos.

20.7. A contratada deverá assegurar a compatibilidade das atualizações com o ambiente tecnológico existente, de forma a não comprometer a arquitetura implantada, a continuidade operacional, a interoperabilidade ou a padronização tecnológica adotada pelo CREA-ES.

20.8. Sempre que solicitado pela contratante, a contratada deverá prestar orientações técnicas acerca da utilização da solução, de suas atualizações, de seus recursos de gerenciamento e de sua adequada operacionalização, inclusive no que se refere à conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**, quando pertinente ao objeto.

20.9. A contratada deverá adotar, com prioridade, as providências necessárias à correção de falhas que comprometam a segurança da informação, a integridade dos dados, a disponibilidade dos serviços ou a proteção dos ativos tecnológicos da contratante.

20.10. O suporte técnico poderá ser demandado pela fiscalização, pela gestão contratual ou pela equipe técnica da contratante, conforme os fluxos definidos no contrato e no Termo de Referência.

20.11. Caso sejam identificadas falhas, vícios, indisponibilidades ou inadequações na solução durante a vigência contratual, a contratada deverá promover a devida correção ou regularização no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das demais obrigações contratuais e das sanções cabíveis.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

20.12. A ausência, interrupção, insuficiência ou inadequação do suporte, da garantia ou da atualização da solução caracterizará inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade do caso, sujeitando a contratada às penalidades previstas neste Edital e no contrato.

21. DO REPASSE DE CONHECIMENTO / TREINAMENTO

21.1. A contratada deverá realizar repasse de conhecimento e treinamento técnico voltados à adequada utilização, operação, administração e acompanhamento da solução contratada, em conformidade com o Termo de Referência e com o Estudo Técnico Preliminar.

21.2. O repasse de conhecimento tem por finalidade assegurar que a equipe técnica da contratante esteja apta a operar a solução, acompanhar seu funcionamento, aplicar políticas, monitorar eventos, interpretar alertas, acompanhar atualizações e adotar as providências operacionais necessárias à sua adequada utilização.

21.3. O treinamento deverá ocorrer **imediatamente após a assinatura do contrato**, salvo cronograma diverso formalmente aprovado pela Administração, e será destinado a, no mínimo, **2 (dois) colaboradores da contratante**.

21.4. O conteúdo mínimo do repasse de conhecimento deverá abranger, no que couber:

21.4.1. ativação e administração das licenças;

21.4.2. utilização da console de gerenciamento centralizado;

21.4.3. aplicação de políticas de segurança;

21.4.4. acompanhamento do painel de controle e do monitoramento em tempo real;

21.4.5. procedimentos relacionados a suporte, garantia e atualização da solução;

21.4.6. boas práticas de operação e administração da solução no ambiente do CREA-ES.

21.5. O repasse de conhecimento poderá ser realizado presencialmente, remotamente ou em formato híbrido, desde que assegure efetiva transferência de conhecimento e seja previamente aceito pela contratante.

Página **32** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

21.6. A contratada deverá disponibilizar, quando cabível, material de apoio, orientações técnicas, documentação operacional, guias de uso, manuais ou referências equivalentes, em meio físico ou eletrônico, suficientes para subsidiar a operação da solução pela equipe da contratante.

21.7. O treinamento e o repasse de conhecimento não poderão gerar qualquer custo adicional para a Administração, por estarem compreendidos no objeto da contratação.

21.8. A contratante poderá solicitar esclarecimentos complementares, demonstrações práticas e orientações adicionais sobre funcionalidades essenciais da solução, sempre que necessário à sua adequada operacionalização.

21.9. A realização do repasse de conhecimento deverá ser formalmente registrada nos autos do processo administrativo ou no processo de acompanhamento contratual, mediante declaração, termo, certificado, lista de presença, registro eletrônico ou outro meio idôneo de comprovação.

22. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

22.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da legislação aplicável, aos quais competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução contratual e exercer, em toda a sua plenitude, a ação fiscalizatória.

22.2. A gestão do contrato compreenderá o acompanhamento global da execução contratual, com foco no cumprimento do objeto, na observância dos prazos, na conformidade documental, no controle das obrigações pactuadas, na instrução processual e na adoção das providências administrativas necessárias ao regular andamento do ajuste.

22.3. A fiscalização do contrato compreenderá o acompanhamento técnico e operacional da execução do objeto, incluindo a verificação da conformidade das licenças, da ativação da solução, da prestação do suporte, da garantia, das atualizações, do repasse de conhecimento e do atendimento às especificações constantes deste Edital, do Termo de Referência e do contrato.

22.4. Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:

22.4.1. acompanhar a execução do objeto e registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas ao contrato;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

22.4.2. verificar a conformidade da solução fornecida com as especificações técnicas e funcionais exigidas;

22.4.3. atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, quando cabível;

22.4.4. comunicar ao gestor do contrato e à autoridade competente as falhas, atrasos, defeitos, vícios, irregularidades ou inadimplementos observados;

22.4.5. solicitar à contratada a correção de falhas ou a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

22.4.6. subsidiar a Administração com informações para aplicação de sanções, glosas, retenções ou demais medidas cabíveis.

22.5. Compete ao gestor do contrato, dentre outras atribuições:

22.5.1. coordenar a execução contratual sob o ponto de vista administrativo;

22.5.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

22.5.3. instruir pedidos de alteração contratual, aplicação de penalidades, prorrogação de prazos, recebimento, pagamento e demais atos administrativos relacionados ao contrato;

22.5.4. adotar as medidas necessárias à regularização de ocorrências apontadas pela fiscalização;

22.5.5. promover a interlocução administrativa entre a contratada e a Administração.

22.6. A fiscalização e a gestão contratual não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

22.7. A contratada deverá prestar ao fiscal e ao gestor do contrato todos os esclarecimentos, informações, documentos, acessos e suportes necessários ao acompanhamento da execução contratual.

22.8. A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as disposições deste Edital, do Termo de Referência, da proposta





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

vencedora e do contrato, determinando sua correção, substituição ou regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

22.9. O acompanhamento contratual observará a natureza da solução contratada, especialmente quanto à necessidade de gerenciamento centralizado, monitoramento contínuo, atualização da proteção dos endpoints e preservação da compatibilidade com o ambiente tecnológico institucional.

22.10. Todos os atos de fiscalização e gestão deverão ser formalmente registrados nos autos do processo administrativo ou em sistema oficial de acompanhamento contratual, para fins de controle, transparência, responsabilização e eventual instrução de medidas administrativas.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado pela contratante à contratada, mediante apresentação de **nota fiscal/fatura**, após a verificação da regular execução do objeto e o atesto pelo fiscal ou gestor do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

23.2. O pagamento somente será realizado após:

23.2.1. o recebimento provisório ou definitivo, conforme a etapa da execução contratual e a natureza da obrigação faturada;

23.2.2. o atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal ou gestor do contrato;

23.2.3. a comprovação da manutenção das condições de regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências legais aplicáveis.

23.3. O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**, contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada e instruída com os documentos exigidos para liquidação da despesa, salvo disposição contratual diversa mais específica.

23.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES**, contendo a descrição do objeto executado, o número do processo administrativo, os dados bancários da contratada e demais elementos necessários à regular liquidação da despesa.

23.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, circunstância que impeça a liquidação da despesa, pendência contratual, documental ou

Página **35** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

irregularidade que comprometa o pagamento, o prazo previsto no subitem anterior ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, sem ônus para a Administração.

23.6. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

23.7. Quando legalmente exigido, serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias cabíveis sobre o valor da nota fiscal/fatura, nos termos da legislação vigente.

23.8. A contratante poderá exigir, para fins de pagamento, os documentos comprobatórios da regularidade da contratada perante a Fazenda Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho, sem prejuízo de consulta direta aos sistemas oficiais disponíveis.

23.9. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido à contratada será acrescido de atualização financeira, calculada pro rata die, com base no índice oficial que vier a ser adotado no contrato ou, na sua ausência, nos termos da legislação aplicável.

23.10. Não será efetuado pagamento à contratada enquanto perdurar pendência de liquidação decorrente de obrigação contratual descumprida, sanção aplicada, irregularidade documental ou inadimplemento perante a Administração, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou compensação financeira.

23.11. O pagamento observará a efetiva execução do objeto contratado, o qual compreende a renovação das licenças, o suporte, a garantia, a atualização da solução e as demais obrigações acessórias previstas nos anexos do certame.

23.12. Eventual pagamento realizado não exime a contratada de responder por vícios, defeitos, falhas, inconsistências ou obrigações contratuais remanescentes verificadas posteriormente pela fiscalização.

24. DO REAJUSTE

24.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de **12 (doze) meses** contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data-base expressamente adotada no processo administrativo.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

24.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, e desde que haja requerimento da contratada, os preços poderão ser reajustados, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

24.4. O reajuste deverá ser pleiteado pela contratada por meio de requerimento formal, devidamente instruído, e será analisado pela Administração à luz da legislação aplicável e das condições efetivamente pactuadas.

24.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, na ausência de previsão legal, outro índice oficial que reflita a variação dos custos do setor, mediante apostilamento.

24.6. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, salvo quando coincidir com hipótese que exija alteração contratual por termo aditivo.

24.7. O reajuste não se confunde com revisão contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, a qual poderá ser analisada nos casos legalmente cabíveis, mediante comprovação do fato superveniente e de seus impactos na execução contratual.

24.8. Não serão concedidos reajustes retroativos referentes a períodos já consumados sem a devida manifestação da contratada, salvo se houver disposição legal ou entendimento administrativo vinculante em sentido diverso.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação aplicável, o licitante ou a contratada que:

25.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.3. der causa à inexecução total do contrato;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 25.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 25.1.5.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 25.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 25.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.12.** praticar ato lesivo previsto na legislação de regência.
- 25.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- 25.2.1.** advertência;
- 25.2.2.** multa;
- 25.2.3.** impedimento de licitar e contratar;
- 25.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 25.3.** A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem **25.1.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 25.4.** A sanção de **multa** poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e terá como parâmetros:





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

25.4.1. multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução do objeto, a ser fixada no contrato ou, na ausência de previsão específica, em percentual diário sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite legalmente admitido;

25.4.2. multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial, descumprimento contratual, recusa em assinar o contrato, não manutenção da proposta ou prática de irregularidade que gere prejuízo à Administração, a ser fixada proporcionalmente à gravidade da conduta e à extensão do dano.

25.5. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens **25.1.2 a 25.1.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

25.6. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens **25.1.8 a 25.1.12**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens **25.1.2 a 25.1.7** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

25.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

25.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

25.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.7.4. os danos que dela provierem para a Administração;

25.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções cabíveis, inclusive multa e impedimento de licitar e contratar.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

25.9. O atraso injustificado, a execução em desacordo com as especificações do objeto, a não disponibilização regular do suporte, da garantia ou das atualizações da solução, bem como a entrega de solução incompatível com as exigências contratuais, poderão caracterizar inexecução parcial ou total, conforme a gravidade do caso. O objeto envolve licenciamento, suporte, garantia e atualização de solução de antivírus corporativo por 36 meses.

25.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual, quando houver, ou cobrada judicialmente.

25.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

25.12. A apuração de responsabilidade e a aplicação das penalidades observarão o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

25.13. As sanções aplicadas e os atos praticados poderão ser registrados nos cadastros e sistemas oficiais competentes, na forma da legislação aplicável.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação pertinente, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

26.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data de abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma indicada no sistema ou no instrumento convocatório.

26.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no sistema em até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

26.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando houver decisão fundamentada em sentido contrário.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

26.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

26.6. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a alteração promovida comprometer a formulação das propostas.

26.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações aderem a este Edital, dele passando a fazer parte integrante para todos os fins legais.

27. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

27.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir, no que couber, as disposições da **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, bem como demais normas aplicáveis relativas ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, compartilhados ou tratados em razão da presente contratação.

27.2. A contratada deverá tratar os dados pessoais a que eventualmente tiver acesso exclusivamente para a finalidade de execução do objeto contratado, vedada sua utilização para finalidade diversa, compartilhamento indevido, divulgação, comercialização ou qualquer forma de tratamento incompatível com a contratação.

27.3. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e as informações institucionais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

27.4. Caso a execução contratual envolva tratamento de dados pessoais, a contratada deverá manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações acessadas, respondendo integralmente por eventual uso indevido, incidente de segurança ou violação de dados decorrente de sua ação ou omissão.

27.5. A contratada deverá comunicar imediatamente à contratante a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante a dados pessoais ou a informações institucionais, prestando todas as informações necessárias à apuração dos fatos e à adoção das medidas cabíveis.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

27.6. A contratada deverá observar as orientações da contratante quanto à governança, segurança da informação e proteção de dados, inclusive quanto à necessidade de adequação à LGPD, conforme previsto no Termo de Referência.

27.7. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização nas esferas próprias.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo constantes deste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

28.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Administração.

28.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante, a compreensão do conteúdo de sua proposta ou a lisura do certame não importará seu afastamento, desde que seja





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições do **Termo de Referência**, sem prejuízo da observância da legislação aplicável.

28.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, no sistema **Compras.gov.br** e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo CREA-ES.

28.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, pela Comissão de Contratação ou pela autoridade competente, conforme o caso, com fundamento na legislação aplicável e nos princípios que regem a Administração Pública.

28.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo III – Análise de Riscos;

Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo V – Minuta de Contrato.

28.13. O foro para dirimir quaisquer questões oriundas deste Edital, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa, será o da **Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 200.803/2026)

DO OBJETO

Renovação de licenças de software antivírus BitDefender versão **GravityZone Business Security Enterprise**, suporte, garantia e atualização por 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Relação Demanda x Necessidade

<i>Item</i>	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO Demanda prevista	Unidade de Medida	Quantitativo do contrato.
01	Renovação de licenças de software antivírus BitDefender versão GravityZone Business Security Enterprise , já adquiridas, e suporte, garantia e atualização por 36 (trinta e seis) meses.	Unid.	350

- Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- O contrato terá vigência pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, sendo vedada sua prorrogação.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- A contratada deverá estar perfeitamente alinhada com as disposições da Lei Geral de Proteção De Dados – LGPD e oferecer orientações necessárias a contratante para a adequação.
- Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada (Pregão eletrônico) por preço unitário.

MOTIVAÇÃO

A contratação de um antivírus é uma medida importante para proteger os seus dados e dispositivos de ameaças virtuais. Os antivírus podem ser utilizados em celulares, computadores e empresas.

Motivos para contratar um antivírus:

- ✓ Proteção contra malwares e outras ameaças online;
- ✓ Bloqueio de aplicativos nocivos;
- ✓ Prevenção de roubo de dados pessoais;
- ✓ Proteção contra acessos remotos;
- ✓ Análise de links clicados;
- ✓ Atualizações automáticas do sistema;
- ✓ Suporte técnico;
- ✓ Proteção contra phishing;
- ✓ Segurança de dados de empresas.

Na hora de colocar uma empresa em funcionamento, mesmo um pequeno negócio, é imprescindível colocar a segurança digital entre os pontos que precisam ser analisados com mais cuidado. A proteção de dados de uma empresa, assim como de seus clientes, é o ponto de partida para que se evitem problemas, que podem ser bastante graves no futuro ou mesmo no presente. Com praticamente todos os processos automatizados, a segurança digital deve estar no topo das preocupações de qualquer empresário. Por isso, uma boa solução de antivírus para a sua

Página **45** de **140**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

empresa deve ser analisada para que a escolha seja feita dentro de critérios técnicos, que podem ser decisivos em momentos críticos.

Como escolher um bom antivírus?

Rastreio

É importante que o antivírus detecte as ameaças antes que elas infectem o seu sistema, a sua rede, ou as máquinas de sua empresa. Um bom antivírus para empresa detecta por exemplo quando um pendrive, um HD externo, ou um telefone infectado é instalado. Se a sua empresa costuma fazer transações bancárias pelo computador ou pelo celular, o cuidado deve ser redobrado.

Confiança

No mundo digital, em que as ameaças se multiplicam, dia a dia, é importante escolher uma empresa que tenha reconhecimento no setor e agilidade no suporte técnico em caso de problemas. Com os dados em risco, você pode perder dias de trabalho se o problema não for solucionado rapidamente.

Navegação

Mesmo que o computador ou o celular seja da empresa, é certo que tanto o proprietário como os colaboradores naveguem aleatoriamente pela rede, o que aumenta a chance de problemas. Alguns softwares oferecem o bloqueio, com restrição de conteúdo impróprio, em sites reconhecidamente inseguros.

Firewall

O dispositivo de firewall monitora o tráfego de rede de entrada ou saída e faz parte da linha de defesa dos dados. Ele define o bloqueio do tráfego de informações de acordo com um conjunto de regras de segurança. É imprescindível na proteção contra hackers e invasões online.

Rapidez

Boas marcas de antivírus para empresa permitem uma velocidade maior de funcionamento das ferramentas, que foram desenvolvidas





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

com prioridade para o desempenho dos computadores. Normalmente as opções gratuitas costumam ser mais lentas, o que muitas vezes dificulta a navegação, se o seu processador não for dos mais rápidos.

Armazenamento

Outro ponto que deve ser levado em conta na escolha de um antivírus para empresa é o espaço destinado ao backup. Todas as informações importantes do seu negócio devem estar protegidas, já que em caso de problemas com vírus ou mesmo de uma invasão, é necessário que você tenha uma cópia de segurança.

Bloqueio

Bons antivírus para empresas também costumam oferecer a opção de bloqueio do dispositivo em caso de perda ou roubo, além de apresentar a opção de localização. Não há nada mais desesperador do que perder um aparelho com todos os dados do seu negócio. Quem já passou por essa experiência vai se identificar rapidamente.

Sigilo

Os antivírus para empresa têm algumas proteções que vão além das mais comuns nas versões de pessoas físicas. Trazem benefícios em relação a dados de segurança, vendas e criptografia de dados importantes como CPF, RG, contratos e senhas de segurança. Também é imprescindível para quem faz transações online, seja de recebimento ou pagamento. Um site que não possua a segurança necessária na rede acaba afastando os clientes.

Os vírus causam prejuízos, pois podem causar desde a perda de informações institucionais em um computador até a queda de sistemas complexos como serviços de e-mail, bancos e etc. Há mais de 80 mil vírus diferentes conhecidos e cerca de 500 novos vírus surgem todo mês. É necessário não só um antivírus, mas um antivírus que seja constantemente atualizado para imunizar os computadores contra as ameaças mais recentes.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

O objeto deste termo é utilizado pelo CREA-ES atualmente. Com a renovação da licença do referido, seria evitada o reinício de todo o processo de instalação, configuração e aprendizado dos recursos de ferramenta de segurança. A renovação do software traria economicidade e eficiência.

A aquisição a ser feita subsidiará a renovação de licença de antivírus corporativo BitDefender versão **GravityZone Business Security Enterprise**, necessário para que se mantenham as atividades funcionais do Conselho.

RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Manter o sistema de segurança do parque computacional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Espírito Santo – CREA-ES;

Manter as atividades administrativas desenvolvidas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Espírito Santo – CREA-ES.

Prevenção de Eventos Catastróficos: A ausência desta solução pode levar a eventos catastróficos com impactos negativos incalculáveis para os dados do município. A implementação da solução ajudará a evitar tais eventos.

Redução de Custos: A contratação se justifica economicamente, pois permitirá a redução de custos inesperados relacionados à mitigação de riscos, resultando em uma gestão financeira mais eficiente.

Melhor Alternativa de Mercado: A solução proposta é amplamente reconhecida como a melhor alternativa disponível no mercado para atender às demandas atuais, garantindo a eficácia e a qualidade do serviço.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Concorrência e Economia: A escolha também se justifica pela alta concorrência entre fornecedores, o que pode levar à redução dos valores de referência e, conseqüentemente, gerar economia para a administração.

Segurança e Confiabilidade: Implementar a solução aumenta a segurança e a confiabilidade dos dados do CREA-ES, protegendo informações críticas contra possíveis falhas ou ataques.

Eficiência Operacional: A solução proporcionará uma maior eficiência operacional, permitindo uma gestão mais ágil e eficaz dos recursos e processos do Conselho.

JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade	Benefício
Renovação de licença de Software antivírus corporativo BitDefender versão GravityZone Business Security Enterprise	Manter o sistema de segurança do parque computacional Do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Espírito Santo – CREA-ES e Manter as atividades administrativas nas dependências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Espírito Santo – CREA-ES

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES possui um parque tecnológico que mantém informações estratégicas referentes às atividades de profissionais e empresas das áreas da engenharia do estado do Espírito Santo.

Além disso, a segurança dos sistemas de informação tem revelado uma importância cada vez maior. Assim, urge ter sempre presente o nível de segurança desta instituição pública e a tomada de medidas visando uma melhor garantia de autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

A facilidade de comunicação com a rede mundial de computadores coloca as instituições públicas, como o CREA-ES, em um risco, ininterrupto, de infecção das estações de trabalho, dispositivos móbile e servidores por malwares.

Com o intuito de mitigar os riscos é ativado o monitoramento de endpoints o qual é responsável por manter todos os dispositivos protegidos de maneira automática, bloquear ações indesejadas e ter um gerenciamento centralizado das estações de trabalho e, com isso, reportar sempre que houver um incidente.

A presente contratação visa minimizar a vulnerabilidade dos sistemas corporativos, redes, computadores, celulares, tablets e servidores, implementando metodologias de segurança de antivírus corporativo.

Ademais, prevenir possíveis ataques internos e externos de vírus, spams e spywares e outras ameaças virtuais aos serviços de informações disponibilizados pelo CREA-ES.

Em face da impossibilidade de aditivo de prorrogação do contrato do serviço de atualização das licenças de antivírus do CREA-ES e término da vigência contratual, faz-se necessária a contratação de renovação de licenças de antivírus BitDefender GravityZone Business Security Enterprise, com a previsão para atender a quantidade atual e os próximos anos do parque tecnológico, para assegurar a proteção dos ativos de TIC contra os diversos tipos de ameaças (malware) supracitados.

Podemos citar que os principais benefícios esperados, além de todos os já citados, incluem:





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

A manutenção da proteção contra-ataques bem-sucedidos de vírus a servidores e estações a serviço do CREA-ES;

A elevação do nível de satisfação dos clientes do ambiente de TI e usuários de estações de trabalho e a inexistência de microcomputadores infectados.

Inicialmente, cumpre evidenciar que a padronização dos objetos do presente certame decorre da necessidade de compatibilidade com os softwares já existentes em uso.

Diferentes fabricantes e mesmo diferentes modelos de um mesmo fabricante apresentam distintos parâmetros de configuração e otimização.

A pulverização da aquisição de soluções tecnológicas gera heterogeneidade, que não garante a gerenciabilidade e compatibilidade do parque tecnológico, comprometendo a interoperabilidade, o gerenciamento integrado bem como a completa aderência entre os equipamentos e softwares a serem adquiridos e os já existentes, contendo ainda a incapacidade técnica de coexistência de diferentes soluções de antivírus em uma mesma rede ou equipamento.

Sendo assim, a justificativa para a renovação das licenças não se sustenta apenas sob o pilar legal quanto à padronização do parque tecnológico na Administração Pública, mas, em maior relevância sob o pilar técnico.

A aquisição de uma licença sem os requisitos necessários inviabilizaria a harmonia e o perfeito funcionamento da funcionalidade de resiliência da segurança da rede de dados, dentre outras.

O objeto não possui viabilidade técnica para parcelamento devido a tratar se de uma única solução de tecnologia da informação composta de licenças controladas por computadores.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO POR PART NUMBER

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que estabelece as normas gerais sobre licitações, quando trata de compras, expressa que sempre que possível, deve-se atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

O legislador desejou que sempre nas compras fossem atendidos os aspectos relativos ao princípio da padronização. Portanto a padronização é obrigatória e não mera opção, incorrendo em desobediência ao princípio da legalidade caso não sejam considerados esses aspectos.

A cláusula “sempre que possível” não remete à discricionariedade da Administração. Não é equivalente a “quando a Administração quiser”. A fórmula verbal torna impositiva e obrigatória a adoção das providências constantes do elenco, ressalvadas as hipóteses em que tal for impossível sem que se renuncie à obediência aos princípios da igualdade e da competitividade.

Diferentemente do conceito de continuidade de marca utilizada pela Administração, o processo de padronização é dependente da elaboração de necessárias pesquisas e estudos para demonstração da vantagem na utilização do produto ou marca, para padronização e aquisição futura. Porém, no que diz respeito à continuidade de marca utilizada, se determinado órgão utiliza percentual de mais de 70% (setenta por cento), seja na frota de veículos, seja em calculadoras, material permanente (equipamentos de informática) ou até produtos de software, temos, pois, demonstrado, através dos anos, pelo princípio da historicidade e razoabilidade, que em procedimentos próprios e legais (licitação), se durante muito tempo foi utilizado este produto, ele se encontra, em tese, padronizado, restando apenas sua formalização.

Página **52** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Trata-se de procedimento administrativo que visa Contratação para Renovação de licenças de software antivírus BitDefender versão **GravityZone Business Security Enterprise**.

O Conselho vem desde o ano de 2017 utilizando solução de antivírus do fabricante Bitdefender, adquiridos através de dispensa de licitação fundamentados Lei 14.133/21, estando os softwares em seu ciclo de vida útil ativa, não sendo justificada a substituição, pois atendem ao objetivo de proteção dos dados contra-ataques cibernéticos.

Dado que o custo da mudança, mesmo que possível, seria impraticável (treinamento, consultoria, incompatibilidades, configurações, mudanças de servidores, troca de arquitetura etc.).

Considerando também que os softwares implantados e em uso atendem perfeitamente as necessidades técnicas, a decisão pela continuidade de uso dos mesmos produtos é decisão inequivocamente acertada.

Importante observar que a aquisição de outros softwares complementares não interopere com a solução adotada inviabilizaria o funcionamento da solução adquirida.

A escolha deve-se, também, à funcionalidade e integração com os produtos e serviços atualmente existentes no Conselho, pois a licença já se encontra estruturada e inserida no contexto de serviços fornecidos há alguns anos e possui ativa garantia do fabricante.

Desta forma para a expansão desta solução, a renovação aqui solicitada deverá ser feita com o mesmo fabricante (Bitdefender) da solução em produção, em face de padronização do ambiente, manutenção da garantia dos softwares existentes, continuidade da arquitetura já implementada e conhecimento técnico da equipe.

Página **53** de **140**



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo



CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Para tal serão utilizados códigos específicos do fabricante para o software, denominados como “Part Number” os quais serão incluídos no processo de aquisição do mesmo.

Não se pode pretender simular, subterfugir diante da legislação, a ponto de se querer mascarar a opção pela marca Bitdefender, o que, na prática, é normal e legal, o que não significa que se queira fugir do Princípio da Licitação e nem mesmo da Isonomia na competição, já que a eleição da marca, por si só, não inviabiliza o procedimento licitatório, já que esta (a MARCA padronizada) está disponível por vários fornecedores (distribuidores desse fabricante).

Naturalmente tem-se a convicção técnica de que os softwares especificados nesse Termo de Referência permitem a implantação de funcionalidades diversas da tecnologia disponível nesta categoria.

Dessa forma é previsto, também, o aumento da produtividade e a consequente elevação do reconhecimento nos níveis de qualidade dos serviços prestados pelo Conselho.

Sob o ponto de vista econômico, a escolha aqui adotada irá permitir uma relação custo/benefício vantajosa, possibilitando dessa forma, a maximização do recurso de TI necessário para atualizar, moderniza e equipar o parque instalado atual e ganhos na qualidade e desempenho da oferta de serviços prestados aos usuários das redes de dados e consequentemente de forma indireta ao profissional do sistema.

Por fim, destacamos que a escolha dos softwares propostos foi feita com base nas funcionalidades presentes das versões mais atuais existentes no mercado que foram levantadas mediante pesquisas técnicas e consultas a especificações outros fabricantes





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

acerca da referida compatibilidade entre diferentes softwares em um mesmo ambiente de rede.

Sendo recomendada no presente momento por esta equipe técnica a manutenção da atual solução de segurança fundamentada pelos argumentos expostos neste documento.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A descrição da solução como um todo, conforme descrito neste documento, abrange a prestação do serviço de licenciamento, suporte técnico on-site, repasse de conhecimento hands-on, garantia e atualização por 36 meses para a solução centralizada de segurança do tipo endpoint protection (Antivírus/Antimalware) no âmbito do CREA-ES.

O serviço deve ser provido por meio de tecnologia que possua capacidade de gerenciar de forma centralizada os clientes instalados nas estações de trabalho e dispositivos móbile, utilizando-se de licença de software com função de Antivírus, Anti-Spyware, Firewall, Proteção Contra Intrusos (HIPS), Controle de Dispositivos, Controle de Aplicações, entre outras.

As licenças que serão ativadas nos servidores de gerência deverão ser flutuantes entre, no mínimo, dois nós em cluster e caso isso não seja possível, cada um dos componentes deve ser licenciado para que as funcionalidades permaneçam ativas no caso de indisponibilidade de um dos nós.

A solução que suportará os serviços deve ainda ser implantada no datacenter do CREA-ES, localizado em Vitória, em ambiente virtualizado, sendo que na gerência da solução que for implantada no datacenter deverá fornecer proteção de 350 endpoints.

Ainda neste contexto, a implantação dos serviços deve contemplar a desinstalação completa de quaisquer soluções similares atualmente existentes nas estações de trabalho do CREA-ES.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Em resumo os serviços devem ser entregues de modo a prover segurança na camada de usuário e servidores, mitigando riscos capazes de impactar a produtividade dos colaboradores do Conselho e degradar o desempenho dos sistemas e redes corporativas.

Fazem parte da contratação, visando à efetiva operacionalização e funcionamento das respectivas soluções:

- i- Fornecimento de atualização de licenças da solução;
- ii- Garantia suporte e atualização por 36 meses;
- iii- Repasse de conhecimento.

As licenças de uso do software terão vigência de 36 meses.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O objeto a ser contratado apresenta características de padronização comercial no mercado, sendo encontrados vários produtos de diversos prestadores de serviços diferentes, portanto trata-se de um bem ou serviço comum.

Nesse contexto, considera-se que a contratação dos serviços ora descritos neste Termo de Referência enquadra-se na modalidade de Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço Unitário.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- iv- Os requisitos necessários para o fornecimento de licença para a solução centralizada de segurança do tipo

Página **56** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

endpoint protection (Antivírus/Antimalware), incluindo serviços de implementação, suporte técnico on-site, repasse de conhecimento hands-on, garantia e atualização será conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e detalhada no anexo A.

v- Todos os componentes que fazem parte da solução deverão estar integrados com suporte para os seguintes sistemas operacionais:

- Windows 2008 Standard R2,
- Windows 2008 Enterprise;
- Windows 2012 (todas as versões);
- Windows 7 (todas as versões exceto home);
- Windows 8 (todas as versões);
- Windows 10 Pro e Enterprise;
- Mac OSX
- Android 4.0 +
- iOS 6.0 +

Fornecer manuais necessários à instalação, manutenção e utilização da solução, nos seguintes meios: papel, CD e ou Website em Inglês ou Português do Brasil.

Apresentar diagrama detalhado com a solução ofertada, abrangendo todo o conjunto de softwares, aplicação e gerenciamento unificado.

Possuir console Web para gerenciamento e administração da ferramenta.

A solução deverá ser toda de um único fabricante.

A proteção para estações de trabalho deverá prover Controle de Aplicações, Anti-Malware, Firewall (HIPS), EDR (Investigação de Endpoint), Controle





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

de dispositivos (DLP) deverão ser em um unico agente;

O fabricante da solução deve dispor de laboratório próprio para desenvolvimento de vacinas e engines e possuir analista dedicado a desenvolvimento de defesas contra ameaças e malwares originados no Brasil. Esta informação deve ser comprovada pelo Fabricante através de documentação oficial.

O prazo de vigência do contrato é de 36 meses, sendo vedado a sua prorrogação.

As obrigações da Contratada e do CREA-ES estão previstas nos itens 11 e 12 deste Termo de Referência.

VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

Não há necessidade de vistoria para dimensionamento de proposta, pois se trata de serviço prestado de forma remota e fornecimento de licença de softwares.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

O prazo para entrega e instalação da solução deverá ocorrer de forma imediata, a partir da emissão, pelo CONTRATANTE, da ordem de serviço, posterior à assinatura do contrato;

Entende-se por fornecimento dos produtos como a entrega efetiva de todos os bens relacionados, conforme requisitos presentes no Termo de Referência, e sob requisição de

Página **58** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

quantitativos pelo CONTRATANTE, nas dependências deste e respectivas unidades;

A execução dos serviços técnicos especializados on-site de instalação, configuração e customização das soluções adquiridas deverão ser executados a partir da entrega da solução pela CONTRATADA posterior à assinatura do contrato e posterior à entrega dos produtos;

Entende-se que tais serviços deverão contemplar a instalação de todas as licenças no local demandado pelo CONTRATANTE, configuração, testes e entrega de documentação, prestados nas dependências do CONTRATANTE visando colocar os produtos (software e/ou hardware) em operação, devidamente instalados e configurados e com transferência de conhecimentos para a Equipe Técnica do CREA-ES;

Todo o processo de configuração e implantação da solução deverão ser feitos por técnicos especializados da CONTRATADA certificados nas soluções propostas e será acompanhado e supervisionado pela área técnica do Crea-ES;

A solução deverá ser fornecida com todos os recursos, componentes necessários para seu correto e adequado funcionamento, incluindo licenciamento do Sistema Operacional dos servidores e de banco de dados utilizado pela solução;

Após a entrega dos produtos, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

Após a instalação e a configuração de todos os produtos pela CONTRATADA, o Gestor do Contrato emitirá o Termo

Página **59** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

de Recebimento definitivo para que, a partir deste momento, sejam prestados os serviços de GARANTIA (manutenção e suporte técnico) estabelecidos neste Termo de Referência;

Todo o fornecimento deve estar de acordo com os critérios estabelecidos nos itens deste Termo de Referência e em seus respectivos Anexos;

A entrega da solução e prestação de serviços deverá ser executada, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

Nos casos excepcionais, em que se faça necessária à interferência em ambientes de Produção, os serviços deverão ser executados em outros horários fora do estipulado acima, os quais deverão ser previamente agendados, com uma relação nominal dos profissionais da CONTRATADA que serão escalados, contendo identificação e os respectivos horários de trabalho;

O transporte dos componentes da solução até os locais de instalação deverá ser realizado pela CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, quando couber);

A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a Assinatura do contrato;

Não haverá necessidade de reunião preliminar pois trata-se de renovação de contrato;

O fornecimento dos Produtos será efetuado mediante entrega imediata;

Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para posterior verificação de sua conformidade com a especificação e consequente aceitação definitiva;

Página **60** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

O início da cobertura dos serviços de atualização e suporte terá vigência a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

Do suporte técnico e vigência da garantia

O suporte técnico e a garantia deverão ser prestados obrigatoriamente on site quando ocorrer indisponibilidade de qualquer uma das soluções, inclusive em sábados, domingos e feriados.

A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a entrega, instalação, configuração, repasse de conhecimento, suporte técnico e garantia.

O prazo de vigência da garantia e suporte técnico do contrato será de 36 meses, contados a partir do recebimento definitivo da solução adquirida.

Durante o período de vigência da garantia, a CONTRATANTE terá direito a atualização de versão de todos os softwares contratados.

O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

Papéis e responsabilidades

- 12.1.1. Gestor do Contrato: coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos da subseção III da IN SLTI/MP 04/2014.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 12.1.2. Fiscal Técnico: fiscalizar tecnicamente o contrato, nos termos da subseção III da IN SLTI/MP 04/2014.
- 12.1.3. Fiscal Requisitante: fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação, nos termos da subseção III da IN SLTI/MP 04/2014.
- 12.1.4. Fiscal Administrativo: fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos, nos termos da subseção III da IN SLTI/MP 04/2014.
- 12.1.5. Preposto da CONTRATADA: acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 12.1.6. Analistas e técnicos da CONTRATADA: realizar a entrega dos bens e executar os serviços relacionados ao objeto.

Da metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços prestados/bens fornecidos

- 12.2.1. Todo o trabalho realizado pela CONTRATADA estará sujeito à avaliação técnica, sendo homologado quando estiver de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo órgão e de acordo com os prazos definidos;
- 12.2.2. A documentação técnica gerada deverá seguir o padrão acordado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, sendo devidamente verificada por responsável técnico e atestada pelo Fiscal do Contrato;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

12.2.3. A solução será considerada aceita quando da instalação e perfeito funcionamento da solução e entrega de todas as licenças que a compõem, incluindo licenças de sistemas operacionais e bancos de dados, em nome da CONTRATANTE, assim como entrega da respectiva documentação técnica, que inclui o respectivo projeto de implantação e tabela de licenças de software.

12.2.4. Além dos prazos de entrega, serão consideradas como critérios de aceite as características técnicas das soluções.

12.2.5. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com lei 14.133;

12.2.6. O recebimento ocorrerá de acordo com os seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO			
EVENTO	MÉTRICAS	INDICADOR	VALOR
Fornecimento da solução com garantia e serviços de instalação, configuração/parametrização	Unidade (licenças) Implantação da respectiva solução	Licenças de Software entregues, com garantia emitida, serviço executado e testado	100% entregue, instalado e emitido

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Não se aplica.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Página **63** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Das condições de manutenção e suporte técnico

14.2.1 Manutenção e assistência técnica do tipo corretiva, compreendendo procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e o objeto tais como:

14.2.1.1 Do hardware (nos casos de fornecimento de *appliance*): desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware, atualização da versão de drivers, firmwares e software básico, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

14.2.1.2 Do software: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

14.2.1.3 Quanto às atualizações pertinentes aos softwares, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia

Página **64** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

especificado;

- 14.2.1.4 A manutenção e assistência técnica corretiva serão realizadas sempre que solicitada pela CONTRATANTE por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa CONTRATADA (ou a sua Credenciada) via telefone (com número do tipo “0800” caso a Central de Atendimento esteja fora do Rio de Janeiro/RJ), Internet, e-mail, sem ônus;
- 14.2.1.5 O prazo de atendimento começa a ser contado a partir da hora do acionamento do chamado técnico, através de telefone ou e-mail;
- 14.2.1.6 Um chamado técnico somente poderá ser fechado após confirmação de responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;
- 14.2.1.7 A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela CONTRATANTE;
- 14.2.1.8 Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como nome do produto, part number/serial number ou equivalente, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do software utilizada no hardware e severidade do chamado.
- 14.2.1.9 Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela

Página **65** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e ainda:

14.2.1.9.1 A CONTRATADA após a realização dos serviços de garantia deverá apresentar um Relatório de Visita, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do CONTRATANTE;

14.2.1.9.2 O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela de Severidade de Chamado e contado a partir da hora de abertura do chamado. Ou seja, a partir da hora de abertura do chamado, iniciada a contagem de tempo para o início do atendimento;

14.2.1.9.3 Em caso de necessidade e em qualquer classificação de severidade, a critério do CONTRATANTE, deverá ser prestado atendimento “on-site”.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Os serviços “on-site” deverão iniciar-se em no máximo 02 (duas) horas após confirmação do CONTRATANTE ou conforme agendamento a critério do órgão;

14.2.1.9.4 Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a tabela de solução do chamado, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico;

TABELA DE SOLUÇÃO DO CHAMADO			
SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	TEMPO DE SOLUÇÃO DE ATENDIMENTO
1 - Urgente	Serviço parado no ambiente de produção, incluindo reposição de peça defeituosa	Prazo: em horas	Em até 04 (quatro) horas
2-Muito Importante	Erros ou problemas reincidentes que impactam o ambiente de produção	Prazo: em horas úteis	Em até 08 (oito) horas
3 - Importante	Problemas contornáveis	Prazo: em horas úteis	Em até 48(quarenta E oito) horas
4 - Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Prazo: em horas úteis	Em até 72 (setenta) horas

14.2.1.10 Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento

Página **67** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

no local onde o mesmo está instalado;

14.2.1.11 A CONTRATADA será eximida da aplicação das sanções administrativas para os respectivos chamados em que sejam descumpridos os tempos de solução, desde que comprovadas às seguintes situações:

14.2.1.12 Quando constatado que o problema está relacionado a “bug” no produto e que o fabricante não possui uma correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio; e que a CONTRATADA tomou todas as medidas possíveis visando providenciar solução de contorno;

14.2.1.13 Este serviço deve estar disponível para acionamento e atendimento no sistema 7 x 24 (sete dias na semana, vinte e quatro horas por dia);

14.2.2 Manutenção e assistência técnica do tipo preventiva, compreendendo:

14.2.2.1 Procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de erros e defeitos da solução, dentre quaisquer outras atividades de conservação em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

14.2.2.2 Reuniões gerenciais, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para avaliação e acompanhamento dos serviços de manutenção e suporte técnico;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 14.2.2.3 Reuniões técnicas, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para planejamento e execução de serviços de manutenção e suporte técnico, com vistas à melhoria do ambiente instalado;
 - 14.2.2.4 Todos os serviços de manutenção e assistência técnica do tipo preventiva deverá ser prestado “on- site”. Os serviços “on-site” deverão iniciar-se em no máximo 04 (quatro) horas após confirmação do CONTRATANTE ou conforme agendamento a critério do órgão;
 - 14.2.2.5 Após a execução dos procedimentos manutenção e assistência técnica preventiva, a empresa CONTRATADA deverá fornecer ao órgão CONTRATANTE relatório de visita descritivo dos procedimentos efetuados;
- 14.2.3 Suporte técnico para acompanhamento dos serviços, compreendendo:
- 14.2.3.1 Para o acompanhamento dos serviços desta contratação, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe de Suporte Técnico, na qual deverá conter profissionais capacitados e certificados nos produtos objeto deste Termo de Referência;
 - 14.2.3.2 Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas;
 - 14.2.3.3 O CREA-ES poderá utilizar os equipamentos





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

em locais fora de suas dependências, sem prejuízo das condições de manutenção e suporte técnico previstas neste Termo de Referência, desde que:

- 14.2.3.4 Efetue comunicação prévia à Contratante da mudança dos novos locais de residência dos recursos;
- 14.2.3.5 Os novos locais de residência deverão ter instalações físicas dentro das normas e padrões específicos, e que tenham sido informadas previamente à Contratada, a qual decidirá por uma visita ao local para vistoria;
- 14.2.3.6 Caso os novos locais de residência estejam fora da Grande Vitória, a Contratada deverá informar os adicionais de custo nos valores dos serviços para atendimento, bem como dos tempos adicionais aos prazos de atendimento;
- 14.2.3.7 A Contratada deverá informar aos responsáveis da Contratante qualquer situação que possa ensejar em uso inadequado dos recursos;
- 14.2.3.8 A Contratada será eximida de despesas de manutenção e suporte técnico decorrentes uso inadequado dos recursos, desde que devidamente comprovadas;
- 14.2.3.9 A Contratada não poderá deixar de executar os serviços descritos neste Encarte sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de

Página **70** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

interferência no respectivo equipamento ou dispositivo;

- 14.2.3.10 Para os serviços descritos neste Termo de Referência, o CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos habilitados e identificados da Contratada às instalações onde se encontrarem os equipamentos. Esses técnicos ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança do CONTRATANTE, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
- 14.2.3.11 Para a execução dos serviços, a Contratada somente poderá desativar o equipamento, com prévia autorização do CONTRATANTE;
- 14.2.3.12 A Contratada deverá substituir, em 72 (setenta e duas) horas, o produto utilizado na solução, já instalado, por um novo, igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas, sem ônus para o CONTRATANTE, quando comprovados defeitos de fabricação do próprio ou de seus componentes, que comprometerem seu desempenho, nas seguintes hipóteses:
- 14.2.3.13 Caso ocorram 04 (quatro) ou mais defeitos que comprometam seu uso normal, dentro de qualquer intervalo de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3.14 Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento ultrapasse 48 (quarenta e oito) horas, dentro de qualquer intervalo de 30 (trinta) dias;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

Manter atualizados os seus dados de cadastro no sistema de e-mail marketing.

Manter em sigilo a sua senha de acesso e zelar pela sua utilização no sistema de e-mail marketing.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Responder civilmente pelo gerenciamento do sistema de e-mail marketing contratado.

Remover os endereços de destinatários que não desejem receber suas mensagens e não permitir que sejam reinseridos nas listas de contatos.

Garantir a segurança dos equipamentos de onde será realizado o acesso ao sistema de e-mail marketing.

Utilizar apenas e-mails de remetente de sua titularidade para envio das mensagens, assumindo com exclusividade toda a responsabilidade pelo envio.

Responsabilizar-se pela reprodução e exibição de quaisquer obras intelectuais, imagens, informações próprias ou de terceiros, que se encontrem disponíveis em seu e-mail marketing.

Garantir que não irá instalar ou tentar instalar qualquer tipo de programa no servidor.

Garantir que não vai transmitir, armazenar nem veicular e-mail marketing próprio ou de terceiros com material pornográfico, adulto ou que demonstre qualquer tipo de preconceito de raça, credo, cor e religião ou qualquer outro material que seja caracterizado como "pirata" e/ou que afronte, por qualquer outra maneira, a legislação em vigor.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Possuir instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira em horário comercial, no mínimo.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CREA-ES.

Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas de mailing, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços nos prazos estabelecidos no item específico deste Termo de Referência.

Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral; ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.

Instalar no servidor atualizações dos programas de proteção contra a invasão por terceiros, “hackers”.

Retirar imediatamente o serviço do ar caso receba denúncia de que está sendo utilizado para práticas ilícitas ou desautorizadas, comunicando esse fato, de imediato, o CREA-ES para que possam ser adotadas medidas cabíveis.

Fornecer manual do usuário e administrador, que permita adequado uso do sistema de e-mail marketing pelos usuários e administradores.

Fornecer documentação técnica, contemplando a tecnologia aplicada, arquitetura básica, recursos computacionais necessários etc.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Criptografar senhas e e-mails guardados em banco de dados e disponibilizá-los apenas para o CREA-ES.

Garantir que todos os locais que solicitarem senhas e que sejam de acesso restrito estejam num ambiente seguro.

Garantir que não fará publicidade de qualquer tipo sobre os serviços contratados.

Fornecer relatórios a cada lote enviado com estatísticas referentes à quantidade de e-mails enviados, recebidos, visualizados, descartados e removidos pelos serviços de e-mail dos destinatários.

Disponibilizar treinamento on-line gratuito e individual, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, para até 05 (cinco) profissionais que farão os envios de e-mail marketing, mediante agendamento prévio.

Disponibilizar, em horário comercial, uma equipe de profissionais especializados para resolver dúvidas ou dar orientações sobre a utilização do sistema, por meio de contato telefônico, e-mail ou outra forma de suporte online igualmente eficiente.

Atender, no que couber, as legislações pertinentes a sustentabilidade indicada no preâmbulo deste Termo de Referência.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova

Página **78** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. Lei nº 14.133.

O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei 14.133.

A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo B, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para

Página 81 de 140





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133.

DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

20.3.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.3.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

20.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

20.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e,

Página **84** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

20.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

20.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

20.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 21.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata Lei 14.133, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos da Lei nº 14.133.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº 14.133.

- 21.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 21.4.1. O prazo de validade;
- 21.4.2. A data da emissão;
- 21.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 21.4.4. O período de prestação dos serviços;
- 21.4.5. O valor a pagar; e
- 21.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento

Página **86** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 21.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 21.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida
- 21.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis

GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de um serviço comum sem dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos ou materiais.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei, a CONTRATADA que:

- 24.1.1. Não execução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 24.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 24.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 24.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 24.1.6. Pela não execução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 24.1.6.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 24.1.6.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.1.6.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

24.1.6.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

24.1.6.5. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

24.1.6.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

24.1.6.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.1.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

a Administração Pública opera e atua concretamente,
pelo prazo de até dois anos;

24.1.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

24.1.8.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

24.1.8.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, as empresas ou profissionais que:

23.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

23.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

Página 95 de 140





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

O custo da contratação será tabulado pela área demandante após pesquisas no mercado e publicado.

O valor será obtido a partir da média de propostas coletadas no mercado.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta contratação decorrerão da conta de Serviços de Informática nº 1359.

INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura e publicação do contrato.

Página **96** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Setor de Tecnologia e Inovação, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo objeto de exame e aprovação do Ordenador de Despesa do Conselho, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando a efetividade da contratação.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2026.

Fernando Luiz Fontes Barros
Gerencia de Tecnologia e Inovação

De Acordo:

Ariana Alves Vieira
Superintendente

**APROVO O PRESENTE PROJETO BÁSICO E AUTORIZO
A AQUISIÇÃO**

**(Conforme LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE
2021).**

ENCAMINHE-SE À ÁREA DE COMPRAS PARA AS
PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2026.

JORGE LUIZ E SILVA
PRESIDENTE DO CREA/ES





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 200.803/2026

2. Descrição da necessidade

SOLUÇÃO ANTIVÍRUS

Todo o ambiente corporativo sendo ele governamental ou não, necessita implementar uma solução de antivírus para proteger seus ativos de TI contra ameaças cibernéticas, ou seja, software projetado para detectar, prevenir e remover malware, incluindo vírus, worms, trojans, spyware, adware e outras formas de software malicioso.

A principal função de um antivírus é proteger computadores e dispositivos contra ameaças que podem comprometer a segurança dos dados e a integridade do sistema.

Ainda importante ressaltar o vencimento da licença atual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Tecnologia e Inovação	Fernando Luiz Fontes Barros

4. Necessidades de Negócio

Proteção contra malwares que possam comprometer as estações de trabalho. Proteção contra malwares que possam comprometer o uso dos servidores.

Garantir disponibilidade aos serviços internos de TI Equipamentos com garantia técnica e suporte técnico.

Proteção contra vazamento de informações e perda de dados.

Atualização e modernização das soluções de segurança. Reduzindo o risco de indisponibilidade na rede.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Deverá fornecer Console de Gerenciamento para controle e operacionalização, além de controle de políticas, para cada tipo de módulo de segurança contratado.

Deverá permitir a instalação das licenças ou agentes em servidores, estações de trabalho e máquinas virtualizadas, via console de gerenciamento, com opção de remoção de soluções antivírus previamente instalada.

Deverá possuir painel de controles dashboard com acompanhamento e monitoramento em tempo real do status de cada endpoint.

As licenças fornecidas devem ser por subscrição e deverão permanecer ativas na vigência do contrato.

5. Necessidades Tecnológicas

Deteção de malware: A solução precisa ter a capacidade de identificar e bloquear diferentes tipos de malware, como vírus, worms, trojans, ransomware e outros softwares maliciosos. Isso pode envolver a utilização de assinaturas de malware, análise heurística, detecção de comportamento malicioso e aprendizado de máquina.

Atualizações de definições: É importante que a solução seja atualizada regularmente com as últimas definições de malware. Isso garante que ela possa reconhecer e combater as ameaças mais recentes.

Proteção de Endpoint e servidores: Soluções de proteção de servidores devem fornecer recursos como detecção e prevenção de intrusões, firewall de host, controle de acesso a aplicativos e serviços, além de auditoria e registro de eventos para monitorar atividades suspeitas e proteger os servidores contra-ataques.

Proteção de armazenamento: Soluções de proteção de armazenamento (storage) devem garantir a segurança dos dados armazenados. Isso pode incluir criptografia de dados em repouso, detecção de intrusões, controle de acesso baseado em função, backups e recuperação de dados, além de auditoria de eventos relacionados ao armazenamento.

Integração com plataformas e sistemas: É importante que as soluções de segurança possam ser integradas com as plataformas e sistemas existentes na infraestrutura de TI, como sistemas operacionais, servidores de e-mail,





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

firewalls de rede, switches e roteadores. A integração permite uma maior visibilidade e controle sobre as ameaças e atividades maliciosas.

Gerenciamento centralizado: Uma necessidade importante é a capacidade de gerenciar todas as soluções de segurança a partir de uma única interface centralizada. Isso facilita a configuração, monitoramento e geração de relatórios, além de permitir uma resposta mais rápida a ameaças e incidentes de segurança.

Relatórios e auditoria: A solução de segurança deve oferecer recursos de geração de relatórios e auditoria para acompanhar a eficácia das medidas de proteção implementadas, identificar áreas de melhoria e atender aos requisitos de conformidade regulatória. Deve ser fácil de configurar e gerenciar.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

A transferência de informações técnicas será realizada por meio de um treinamento, que ocorrerá imediatamente após a assinatura do contrato de prestação de serviços. Este treinamento será destinado a, no mínimo, dois colaboradores da contratante.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Este estudo técnico tem como objetivo a contratação de uma solução de antivírus para estações de trabalho, servidores que compõe o ambiente administrativo do Conselho de Engenharia Agronomia e Geociências do Estado do Espírito Santo – CREA-ES.

8. Levantamento de soluções

UNIDADE	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE
CREA-ES	Servidores, Desktop e notebooks	350





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

IDENTIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES	
01	Antivírus Tradicional Software instalado localmente em computadores e dispositivos, que oferece proteção direta e imediata.
02	Antivírus na Nuvem Soluções que utilizam processamento em nuvem para detectar ameaças, reduzindo a carga sobre o dispositivo do usuário e oferecendo proteção atualizada em tempo real.
03	Renovação de licenciamento da solução atual de antivírus Essa alternativa consiste na renovação da última licença de antivírus adquirida pelo CREA-ES, permitindo a atualização tecnológica. Isso aumentará o nível de segurança e reduzirá falhas tanto de segurança quanto técnicas.
04	Soluções Corporativas/ Contratação de nova solução de antivírus Essa alternativa consiste na aquisição de uma nova solução de antivírus, possibilitando atualização tecnológica de modo a aumentar o nível de segurança e reduzir falhas de segurança e técnicas. Ferramentas de antivírus projetadas para empresas, oferecendo gerenciamento centralizado, proteção de servidores e dispositivos móveis, além de políticas de segurança personalizadas.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Solução 1: Um antivírus tradicional é um software projetado para detectar, prevenir e remover malwares, como vírus, worms, trojans e spyware, de um sistema informático. Aqui estão alguns pontos principais sobre antivírus tradicionais:

9.1.1. Baseado em Assinaturas: Eles utilizam um banco de dados de assinaturas de malwares conhecidos. O software compara os arquivos no sistema com essas assinaturas para identificar possíveis ameaças.

9.1.2. Escaneamento Regular: Os antivírus tradicionais realizam escaneamentos periódicos do sistema, analisando arquivos e programas para detectar atividades suspeitas.

9.1.3. Proteção em Tempo Real: Além dos escaneamentos regulares, eles monitoram o sistema em tempo real para bloquear malwares à medida que são detectados.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 9.1.4. Atualizações Frequentes:** Para se manter eficaz, o banco de dados de assinaturas de malware precisa ser atualizado regularmente com novas definições de vírus.
- 9.1.5. Remoção de Malware:** Quando uma ameaça é detectada, o antivírus oferece opções para quarentena, remoção ou limpeza dos arquivos infectados.
- 9.1.6. Recursos Adicionais:** Alguns antivírus tradicionais também incluem firewalls, proteção contra phishing e ferramentas para segurança na navegação na internet.

Apesar de sua eficácia contra malwares conhecidos, os antivírus tradicionais podem ser limitados na detecção de ameaças novas e desconhecidas, especialmente aquelas que usam técnicas avançadas para evitar a detecção. Por isso, muitas soluções de segurança modernas combinam métodos tradicionais com técnicas mais avançadas, como análise comportamental e aprendizado de máquina.

9.2. Solução 02: Um antivírus na nuvem é uma solução de segurança que utiliza a tecnologia de computação em nuvem para detectar, analisar e mitigar ameaças cibernéticas. Aqui estão os principais aspectos de um antivírus na nuvem:

- 9.2.1. Análise Baseada na Nuvem:** Em vez de depender exclusivamente de um banco de dados local de assinaturas de malwares, os antivírus na nuvem enviam informações sobre arquivos suspeitos para servidores remotos onde a análise é realizada. Isso permite uma detecção mais rápida e precisa de novas ameaças
- 9.2.2. Atualizações em Tempo Real:** Como a base de dados de ameaças está na nuvem, ela pode ser atualizada continuamente e em tempo real. Isso garante que o software de antivírus esteja sempre equipado com as informações mais recentes sobre ameaças
- 9.2.3. Redução do Uso de Recursos Locais:** Com a análise e o





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

armazenamento de dados ocorrendo na nuvem, o impacto no desempenho do dispositivo do usuário é reduzido. Isso é especialmente benéfico para dispositivos com recursos limitados.

- 9.2.4. **Detecção de Ameaças Avançadas:** Os antivírus na nuvem podem utilizar técnicas avançadas, como aprendizado de máquina e análise comportamental, para identificar ameaças novas e desconhecidas com mais eficácia.
- 9.2.5. **Escalabilidade:** A infraestrutura baseada na nuvem pode facilmente escalar para lidar com grandes volumes de dados e aumentar a capacidade de processamento conforme necessário.
- 9.2.6. **Gerenciamento Centralizado:** Empresas podem gerenciar a segurança de todos os seus dispositivos a partir de um painel de controle centralizado na nuvem, facilitando a implementação de políticas de segurança e monitoramento de ameaças.
- 9.2.7. **Colaboração Coletiva:** As soluções de antivírus na nuvem frequentemente agregam dados de ameaças de todos os usuários, criando uma base de dados coletiva que melhora a detecção e resposta a novas ameaças para todos os clientes.

Embora os antivírus na nuvem ofereçam várias vantagens, eles também dependem de uma conexão de internet ativa para funcionar plenamente, o que pode ser uma limitação em ambientes com conectividade limitada ou intermitente.

9.3. Solução 03: Embora essa solução proporcione um avanço tecnológico significativo ao utilizar versões de antivírus mais atualizadas e integradas com novas tecnologias, o custo operacional e de renovação é substancialmente elevado.

Diante desse cenário, do ponto de vista da eficiência e da economicidade, a alternativa em questão não atende plenamente às necessidades de negócio elencadas e, portanto, é considerada inviável.

9.4. Solução 04: A aquisição de uma nova licença de antivírus, que





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

atenda aos requisitos de negócio e tecnológicos estabelecidos neste ETP, permitirá a atualização de estações de trabalho e servidores, melhorando significativamente o nível de segurança e reduzindo o número de falhas de segurança.

Além de utilizar uma base de dados de vacinas atualizada regularmente, a ferramenta se comunicará com os clientes por meio de um agente instalado, possibilitando o gerenciamento centralizado através do software apropriado.

A qualidade do produto, a segurança e o suporte técnico durante o prazo de vigência do contrato são fatores que tornam essa solução particularmente atrativa para o serviço público, especialmente considerando o elevado grau de confidencialidade das informações.

Um antivírus corporativo é uma solução de segurança projetada especificamente para proteger redes e dispositivos de uma organização contra malwares, ataques cibernéticos e outras ameaças digitais. Aqui estão os principais aspectos de um antivírus corporativo:

9.4.1. Proteção Abrangente: Oferece proteção não apenas para desktops e laptops, mas também para servidores, dispositivos móveis e outros endpoints dentro da rede corporativa.

9.4.2. Gerenciamento Centralizado: Fornece uma console de administração centralizada que permite aos administradores de TI gerenciar a segurança de todos os dispositivos da rede a partir de um único ponto. Isso inclui a aplicação de políticas de segurança, monitoramento de ameaças e a implementação de atualizações.

9.4.3. Escalabilidade: Projetado para escalar conforme a organização cresce, permitindo a fácil adição de novos dispositivos e usuários à rede protegida.

9.4.4. Recursos Avançados de Segurança: Além das funcionalidades básicas de um antivírus, as soluções corporativas frequentemente incluem:

✓ **Firewall Integrado:** Protege contra acessos não autorizados à rede.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- ✓ **Proteção contra Phishing:** Bloqueia tentativas de phishing e fraudes online.
- ✓ **Detecção e Resposta a Ameaças (EDR):** Ferramentas para detectar e responder rapidamente a ameaças avançadas.
- ✓ **Controle de Dispositivos:** Gerencia e restringe o uso de dispositivos externos como pendrives.
- ✓ **Proteção de Dados:** Inclui recursos para prevenção de perda de dados (DLP).

9.4.5. Automação e Inteligência Artificial: Utiliza algoritmos de aprendizado de máquina e inteligência artificial para detectar padrões anômalos e novas ameaças, melhorando a capacidade de resposta a ataques sofisticados.

9.4.6. Relatórios e Auditorias: Gera relatórios detalhados sobre incidentes de segurança, conformidade e desempenho do sistema, ajudando na tomada de decisões e em auditorias de segurança.

9.4.7. Suporte e Serviços: Frequentemente vem com suporte técnico dedicado e serviços adicionais, como assistência na configuração, resposta a incidentes e consultoria em segurança.

9.4.8. Integração com Outras Ferramentas: Integra-se com outras ferramentas de segurança e gerenciamento de TI, como sistemas de gerenciamento de informações e eventos de segurança (SIEM), para uma abordagem mais holística à cibersegurança.

Os antivírus corporativos são essenciais para proteger os dados sensíveis das empresas, garantir a continuidade dos negócios e cumprir regulamentos e normas de segurança. Diante do exposto, esta solução é considerada viável para Contratação.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Conforme a análise individual das soluções da sessão anterior, as soluções: **SOLUÇÃO 01, 02 e 03** não são consideradas as mais vantajosas no atual cenário do CREA-ES, quando comparada com a **SOLUÇÃO 04**.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Esta análise levará em conta não apenas o custo inicial de aquisição, mas também os custos operacionais ao longo do tempo, incluindo manutenção, atualizações e suporte técnico. Dessa forma, será possível garantir que a escolha da solução seja a mais econômica e eficaz a longo prazo, proporcionando um investimento que traga benefícios sustentáveis e contínuos para a segurança e proteção dos dados do Conselho.

Os valores juntamente com as propostas, farão parte do processo, incluindo o MAPA COMPARATIVO.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Prover segurança para estações de trabalho, sejam físicas ou em ambiente virtualizado.

- 12.1.1.** Possuir console central única de gerenciamento. As configurações do antivírus, antispymware, firewall, detecção de intrusão, controle de dispositivos e controle de aplicações deverão ser realizadas através da mesma console;
- 12.1.2.** O Produto deverá ter a capacidade de remoção do software de antivírus já instalado e ser instalado de forma remota pela console de gerenciamento;
- 12.1.3.** O produto deverá possuir no mínimo os seguintes módulos:
- 12.1.4.** Console de Gerenciamento fornecendo funcionalidades de gestão;
- 12.1.5.** Módulos para estações físicas, laptops e servidores;
- 12.1.6.** Módulo para ambientes virtualizados, sendo criado especialmente para ambientes virtuais;
- 12.1.7.** Utilizar o conceito de heurística;
- 12.1.8.** Oferecer tecnologia onde a solução explore vulnerabilidades de softwares instalados no intuito de reduzir o risco de infecções (anti-exploit);
- 12.1.9.** Oferecer tecnologia nativa no intuito de eliminar ameaças do

Página **106** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

tipo Ransomware;

- 12.1.10.** Oferecer inventário de softwares;
- 12.1.11.** Oferecer tecnologia onde a solução teste arquivos potencialmente perigosos em ambiente isolado antes da execução do mesmo no ambiente de produção;
- 12.1.12.** Oferecer proteção por base de assinaturas.

12.2. Console De Gerenciamento

- 12.2.1.** Instalação e configuração
- 12.2.2.** Deve ser fornecido como um appliance virtual ou executável para instalação em servidores Windows ou Console com Gerenciamento na nuvem (Cloud).
- 12.2.3.** Deverá suportar no mínimos os seguintes Hypervisors: VMWare vSphere, Citrix XenServer; XenDesktop, VDI-in-a-Box;
- 12.2.4.** Microsoft Hyper-V, Red hat Enterprise Virtualization, Kernel-based Virtual Machine ou KVM, Oracle VM;
- 12.2.5.** Deverá ser fornecido com base de dados embutido na Console em Nuvem, sem a necessidade de baixar para máquina do administrador da Console;
- 12.2.6.** Permitir instalação remota via console WEB de gerenciamento para ambientes virtual VMWare ou Citrix;
- 12.2.7.** O mecanismo de varredura deverá estar disponível para download separadamente;
- 12.2.8.** A solução deverá permitir a inclusão de um modulo de balanceamento para casos em vários servidores tenham a mesma função (para alta disponibilidade, recuperação de desastres, performance entre outras);
- 12.2.9.** Deve ser totalmente em idioma português.

12.3. Características Gerais

- 12.3.1.** Arquitetura simples de atualização, com botão único para acesso a todas as funções e serviços serem atualizados;
- 12.3.2.** Permitir que o administrador escolha qual o pacote será atualizado;
- 12.3.3.** As notificações devem ser destacadas como item não lida, enviar e-mail para o administrador;

Página **107** de **140**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 12.3.4.** No mínimo enviar notificações: Problemas com licenças, Alertas de Surto de vírus, Máquinas desatualizadas, Eventos de antimalware;
- 12.3.5.** Painel para Monitoramento baseado em "portlets" configuráveis com no mínimo as seguintes especificações: Nome; Tipo de relatório; Alvo do relatório;
- 12.3.6.** Deverá disponibilizar "portlets" para qualquer serviço de segurança, máquinas físicas, virtuais, dispositivos móveis;
- 12.3.7.** Inventário da Rede;
- 12.3.8.** Possuir no mínimo as integrações abaixo: Múltiplos domínios do Active Directory, Múltiplos VMWare vCenters, Múltiplos Citrix Xen Servers;
- 12.3.9.** Possuir a possibilidade de definição de sincronização com o Active Directory em horas;
- 12.3.10.** Deverá ser compatível com Microsoft Hyper-V, Red Hat VM, Oracle VM, KVM;
- 12.3.11.** Descoberta de rede para máquinas em grupo de trabalho;
- 12.3.12.** Possuir busca em tempo real pelo menos com os seguintes filtros: Nome,
- 12.3.13.** Sistema Operacional e Endereço IP;
- 12.3.14.** Possibilitar a instalação remota e desinstalação remota do antivírus;
- 12.3.15.** Possibilitar a configuração de pacotes de instalação do produto de antivírus;
- 12.3.16.** Possuir tarefas remotas e configuráveis de Scan;
- 12.3.17.** Possuir tarefa de reinicialização remota de estação ou servidor;
- 12.3.18.** Assinar políticas para no mínimo os níveis: Computador, Máquina Virtual ou Possuir a propriedade detalhada de objetos gerenciados para: Nome, IP, Sistema Operacional, Grupo, Política Assinada, último status de malware.

12.4. Políticas

- 12.4.1.** Modelo único para todos os equipamentos, seja físico ou virtual;
- 12.4.2.** Cada serviço de segurança deve ter seu modelo configurável de política com opções específicas de ativar/desativar;
- 12.4.3.** Deverá configurar as funcionalidades como escaneamento do Antivírus, firewall de duas vias de detecção de intrusão, controle de acesso à rede, controle de aplicação, controle de acesso web, autenticação e ações para serem aplicadas em

Página **108** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

caso de vírus e dispositivos em não conformidade.

12.5. Relatórios

- 12.5.1.** Relatório para cada serviço de segurança;
- 12.5.2.** Facilidade de usar e visualização simplificada;
- 12.5.3.** Agendamento, com opção de envio por e-mail para qualquer destinatário conforme escolha do administrador;
- 12.5.4.** Filtros de agendamento de relatórios;
- 12.5.5.** Arquivo com todas as instâncias de relatório agendados;
- 12.5.6.** Exportar o relatório nos formatos .pdf e/ou .csv;
- 12.5.7.** Oferecer possibilidade de criar relatórios de maneira dinâmica no painel administrativo da solução.

12.6. Quarentena

- 12.6.1.** Restauração remota, com configuração de localidade e deleção;
- 12.6.2.** Criação e exclusão para arquivos restaurados.

12.7. Usuários

- 12.7.1.** Administração baseada em regras;
- 12.7.2.** Disponibilizar tipos de usuários pré-definidos como no mínimo: Administrador - Gerente dos componentes da solução, Administrador de rede - Gerente dos serviços de segurança;
- 12.7.3.** Relatório - Monitora e cria relatórios;
- 12.7.4.** Deverá ser possível customizar um tipo de usuário;
- 12.7.5.** Deverá permitir a integração do usuário com o Active Directory para autenticação da console de gerenciamento;
- 12.7.6.** Logs de utilização;
- 12.7.7.** Registrar as ações do usuário na console de gerenciamento;
- 12.7.8.** Detalhar cada ação do usuário;
- 12.7.9.** Permitir busca complexa baseada em ações do usuário, intervalos de tempo;

12.8. Certificado de Segurança

- 12.8.1.** Deverá prover o acesso via HTTPS;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 12.8.2.** Deverá permitir a importação de certificados digitais;
- 12.8.3.** O gerenciamento e a comunicação com dispositivos móveis devem ser feitos de forma segura utilizando certificados digitais.

12.9. Proteção Para Estações De Trabalho E Servidores Físicos

- 12.9.1.** Deverá permitir a configuração do scan do antivírus do cliente como: Scan local, Scan Híbrido, Scan Central;
- 12.9.2.** Deverá permitir a instalação customizada do antivírus com no mínimo: Instalar o antivírus sem o controle de acesso à internet; (Windows Workstation), Instalar o antivírus sem o módulo de firewall; (Windows Workstation);
- 12.9.3.** Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para estação de trabalho: Windows 7 (32 e 64 Bits), Windows 8 (32 e 64 Bits), Windows 10 e 11 (32 e 64 Bits) ou versões mais recentes;
- 12.9.4.** Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para servidores: Windows Server 2012, Windows Server 2012 R2, Windows Server 2008, Windows Server 2008 R2, Windows Server 2016, Windows Server 2019, Windows Server 2022 ou versões mais recentes;
- 12.9.5.** Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para distribuição Linux: Red Hat Enterprise Linux, Cent OS 5.6 ou superior, Ubuntu 10.04 LTS ou superior, SUSE Linux Enterprise Server 11 ou superior, OpenSUSE 11 ou superior, Fedora 15 ou superior, Debian 5.0 ou superior;

12.10. Gerenciamento e Instalação Remota

- 12.10.1.** Deverá permitir ao administrador customizar a instalação;
- 12.10.2.** A instalação deverá ser possível executar com no mínimo das seguintes maneiras: Executar o pacote de antivírus diretamente na estação de trabalho, instalar remotamente, distribuído via console de gerencia web;
- 12.10.3.** Deverá ser possível ter um relatório com as estações instaladas e as faltantes da instalação;
- 12.10.4.** A console de gerenciamento deve incluir informações detalhadas sobre as estações e servidores com no mínimo as seguintes informações: Nome, IP, Sistema Operacional, Política Aplicada;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 12.10.5.** Através da console, o administrador poderá enviar uma política única para configurar o antivírus;
- 12.10.6.** A console de gerenciamento deverá incluir sessão de log com as seguintes informações: Login, Edição, Criação, Logout, ter a capacidade de criar um único pacote independente ser for para 32 bits ou 64 bits, deverá permitir ao administrador criar grupos e subgrupos para mover as estações de trabalho;
- 12.10.7.** O agente utilizado na sincronização deve ser incluído no cliente do antivírus e não ser necessário à distribuição em um agente separado.

12.11. Proteção Para Estações E Servidores Virtuais

- 12.11.1.** Proteção de antivírus dedicado para ambientes virtuais;
- 12.11.2.** Deverá ter a disponibilidade de ser integrado com o VMWare e oferecer a escaneamento sem instalar o produto na máquina virtual;
- 12.11.3.** A console de gerenciamento central da solução deverá ter a possibilidade de integrar com múltiplos vCenters da VMWare;
- 12.11.4.** Deverá proteger em tempo real e agendado as máquinas virtuais Linux;
- 12.11.5.** O produto deverá oferecer agente para virtualização dos seguintes produtos: Citrix Xen Server, Microsoft Hyper-V, Red Hat Virtualization, Oracle KVM, KVM.

12.12. Funções Gerais

- 12.12.1.** Deverá ter métodos de detecção de vírus, spyware, rootkits e outros mecanismos de segurança;
- 12.12.2.** Deverá reportar o estado atual das VMs no mínimo, protegida / desprotegida.

12.13. Requisitos Mínimos suportados pelo Sistema

- 12.13.1.** Plataformas de Virtualização: VMware vSphere ESX 5.0 ou superior, VMware vCenter Server 4.1 ou superior, VMware Tools 8.6.0, Citrix XenDesktop 5.0 ou superior, Xen Server 5.5 ou superior, Citrix VDI-in-a-Box 5, Microsoft Hyper-V Server 2008 R2, 2012, Oracle VM 3.0, Red Hat Enterprise Virtualization 3.0;

Página **111** de **140**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- 12.13.2.** Sistemas Operacionais desktops (32 e 64 Bits): Windows 7, Windows 10
- 12.13.3.** Sistemas Operacionais Servidores: Windows Server 2012 R2, Windows Server 2012, Windows Server 2008 R2, Linux Red Hat Enterprise, CentOS 5.6 ou superior, Ubuntu 10.04 LTS ou superior, SUSE Linux Enterprise Server 11 ou superior, OpenSUSE 11 ou superior, Fedora 15 ou superior, Debian 5.0 ou superior.

12.14. Componentes e Funcionalidade do Antivírus Geral

- 12.14.1.** Deverá fazer scan em tempo real automático;
- 12.14.2.** Deverá ser configurável para não escanear arquivos conforme necessidade do administrador, ou seja, por tamanho ou por tipo de extensão;
- 12.14.3.** Escaneamento de comportamento heurístico;
- 12.14.4.** Deverá escanear em tempo real qualquer informação localizada em mídias de armazenamento como: CD/DVD, discos externos, pendrives. Deverá permitir a escolha e configuração de pastas a serem escaneada;
- 12.14.5.** Para melhor proteção, o antivírus deverá ter no mínimo 3 tipos de detecção: Baseada em assinaturas, baseada em heurística, baseada em monitoramento contínuo de processos;
- 12.14.6.** Deverá ter a capacidade de escaneamento nos protocolos HTTP e SSL nas estações de trabalho;
- 12.14.7.** O cliente do antivírus deverá ter o módulo de antiphishing que deverá ter a opção de verificar links pesquisados com os sites de pesquisas Search Advisor nas estações de trabalho;
- 12.14.8.** Deverá possuir módulo de firewall, que de acordo com o administrador poderá ou não ser instalado/desinstalado nas estações de trabalho;
- 12.14.9.** O módulo de firewall deverá permitir configurar o modo invisível, a nível de rede local ou internet, nas estações de trabalho;
- 12.14.10.** Deverá permitir o envio automático de arquivos da quarentena para o laboratório de vírus;
- 12.14.11.** Deverá fazer a remoção automática de arquivos antigos, predefinidos pelo administrador;
- 12.14.12.** Deverá permitir a movimentação do arquivo da quarentena





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

para seu local original ou outro destino que o administrador definir;

- 12.14.13.** Deverá de forma automática criar exclusão para arquivos restaurados da quarentena;
- 12.14.14.** Deverá permitir escanear a quarentena após a atualização das atualizações de assinaturas.

12.15. Controle de Usuário

- 12.15.1.** Deverá ter módulo de controle de usuário integrando com as seguintes características: Bloqueio de acesso à internet, bloqueio de acesso às aplicações definidas pelo administrador.

12.16. Controle do Dispositivo

- 12.16.1.** Deverá ser possível a instalação do módulo de controle de dispositivos através da console de gerenciamento;
- 12.16.2.** Através do módulo de controle de dispositivo deverá ser possível controlar: Bluetooth, CD-ROM/DVD-ROM, IEEE 1284.4, IEEE 1394, Windows Portable, Adaptadores de Rede, Adaptadores de rede Wireless, Discos Externos;
- 12.16.3.** Deverá permitir regras de definição de bloqueio/desbloqueio;
- 12.16.4.** Deverá permitir regras de exclusão.

12.17. Atualização

- 12.17.1.** Após a atualização o administrador deverá ter a capacidade de adiar uma reinicialização;
- 12.17.2.** Possibilidade de utilizar um servidor local para efetuar as atualizações das estações de trabalho;
- 12.17.3.** Permitir atualizações de assinatura de hora em hora;
- 12.17.4.** Permitir motor de varredura local, no servidor de rede ou em nuvem afim de aumentar o desempenho da estação de trabalho quando a mesma estiver sendo escaneada.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

12.18. Proteção para caixa de e-mail:

- 12.18.1.** Fornecer proteção para ambiente Exchange;
- 12.18.2.** Oferecer tecnologia para proteção contra spam;
- 12.18.3.** Oferecer análise comportamental e proteção para zero-day;
- 12.18.4.** Oferecer proteção contra vírus e tentativas de phishing.

12.19. Criptografia

- 12.19.1.** Possibilidade de criptografia de disco através da console de gerenciamento, seja em nuvem ou on-premise, com módulo de criptografia presente na mesma console do antivírus.
- 12.19.2.** Deverá utilizar quando necessários serviços de criptografia através agentes nativos da estação de trabalho baseada em Windows (BitLocker) ou Mac (FileVault);
- 12.19.3.** Deverá solicitar autenticação quando iniciado o sistema operacional do equipamento;
- 12.19.4.** Deverá ser compatível com Mac OS X Mountain, Mavericks, Yosemite, Sierra.

12.20. Proteção Avançada NGAV

- 12.20.1.** Detectar e bloquear todos os tipos de ameaças sofisticadas e malwares desconhecidos bem como eliminar malwares desconhecidos e ameaças avançadas que ignoram as soluções tradicionais de proteção de endpoints, incluindo o ransomware. Detectar e bloquear ataques avançados, como os ataques do PowerShell, baseados em scripts, ataques sem arquivos e malware sofisticado, devendo ser detectados e bloqueados antes de serem executados;
- 12.20.2.** Detectar e parar, bloquear e interromper malwares sem arquivos;
- 12.20.3.** Parar os ataques com base em macros e scripts. Analisar scripts, como Powershell, WMI, intérpretes de Javascript, etc., bem como adicionar técnicas de analisador de linha de comando para

Página **114** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

interceptar e proteger scripts, enquanto alerta os administradores e bloqueia a execução de scripts no caso de executar comandos maliciosos;

- 12.20.4.** Reparo e resposta automatizada a ameaças;
- 12.20.5.** Quando uma ameaça é detectada, a ferramenta deve neutralizá-la imediatamente por meio de ações que incluem a conclusão do processo, a quarentena, a exclusão e a reversão de alterações mal intencionadas. Compartilhar as informações sobre ameaças em tempo real com a GPN, o serviço de inteligência contra ameaças baseadas na nuvem do fabricante, para impedir ataques semelhantes;
- 12.20.6.** Obter visibilidade e contexto sobre ameaças devendo identificar e reportar atividades suspeitas alertando antecipadamente para comportamentos maliciosos, como ações suspeitas do sistema operacional;
- 12.20.7.** Operar com um único agente e console integrados bem como personalizar automaticamente o pacote de instalação e minimizar o carregamento do agente;
- 12.20.8.** Deverá ter um nível de proteção na fase de pré-execução com modelos locais de aprendizado de máquina e heurística avançada e treinada para detectar ferramentas de hackers, explorações e técnicas de ocultação de malware, a fim de bloquear ameaças sofisticadas antes que elas sejam executadas;
- 12.20.9.** Deverá detectar técnicas de propagação e sites que hospedam kits de exploração, além de bloquear tráfego suspeito na web;
- 12.20.10.** Deverá permitir que os administradores de segurança ajustem a proteção para combater os riscos.

12.21. Machine Learning

- 12.21.1.** As técnicas de Machine Learning devem utilizar modelos e algoritmos extensamente treinados para prever e bloquear os ataques avançados;
- 12.21.2.** A ferramenta de Machine Learning deve se basear em características estáticas e dinâmicas, e se treinarem continuamente com bilhões de amostras de arquivos legítimos e maliciosos devendo melhorar significativamente a





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

efetividade da detecção de malware. Minimizando desta forma os falsos positivos, as ações evasivas e as conexões aos centros de comando e controle.

12.22. Sandbox

12.22.1. Sandbox integrado nos terminais que deverá analisar arquivos suspeitos em profundidade, acionar ações destrutivas em um ambiente virtual isolado, hospedado pelo fabricante, analisando seu comportamento e informando sobre intenções maliciosas. O Sandbox deve ser integrado com o agente e encaminhar automaticamente os arquivos suspeitos para análise. Ao retornar uma análise com resultado "malicioso", o Sandbox deverá bloquear automaticamente o arquivo malicioso em sistemas em toda rede imediatamente. O recurso de envio automático deve permitir que os administradores de segurança da empresa escolham o modo de monitoramento ou bloqueio, o que impede o acesso a um arquivo até que um resultado seja emitido. Os administradores também podem enviar arquivos manualmente para análise. As informações forenses devem fornecer um contexto claro das ameaças e ajudar a entender o comportamento delas.

12.23. Antiexploit Avançado

12.23.1. Deverá conter antiexploit avançado para prevenção de exploração e proteção a memória e aplicativos vulneráveis, como navegadores, leitores de documentos, arquivos multimídia e tempo de execução (ou seja: Flash ou Java). Os mecanismos avançados devem observar a rotina de acesso na memória para detectar e bloquear técnicas de exploração, como verificação de chamadas de API, pivotamento de pilha, ROP (return-oriented programming), etc.

12.24. Inspetor de processo

12.24.1. O Inspetor de Processos deverá operar em um modo de confiança zero, monitorando continuamente todos os processos em execução no sistema operacional. Deverá procurar atividades suspeitas ou comportamentos anormais de processos, como tentativas

Página **116** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

de ocultar o tipo de processo, executar código no espaço de outro processo (sequestro de memória do processo para escalonamento de privilégios), replicar, descartar arquivos, ocultar para processar aplicativos de listagem etc.;

- 12.24.2.** Tomar as medidas de reparação adequadas, incluindo o encerramento do processo e a reversão das alterações efetuadas;
- 12.24.3.** Deverá detectar de malwares desconhecidos, avançados e ataques sem arquivos, incluindo ransomware.

12.25. Detecção e Resposta - EDR

- 12.25.1.** Deverá realizar a correlação entre terminais, conhecida como EDR, levando a detecção de ameaças bem como aplicar funcionalidades de XEDR para detectar ataques avançados em vários terminais em infraestruturas híbridas (estações de trabalho, servidores ou containers executando vários sistemas operativos);
- 12.25.2.** Deverá analisar continuamente os riscos usando centenas de fatores para descobrir e priorizar os riscos de configuração para todos os seus terminais, permitindo ações automáticas de fortalecimento;
- 12.25.3.** Identificar ações e comportamentos dos usuários que representam um risco de segurança para a organização, como o uso de páginas web não criptografadas para fazer login em sites, gerenciamento de senhas inadequado, uso de dispositivos USB(s) comprometidos, infecções recorrentes, etc.

13. Obrigações da Contratada

- 13.1.** Será de responsabilidade da CONTRATADA o serviço de implementação, configuração e treinamento da solução.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Após analisar as soluções mencionadas, 'LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES', concluiu-se que todas elas cumprem os requisitos técnicos necessários para atender às necessidades do órgão. Desta forma, será

Página **117** de **140**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

escolhida a solução mais vantajosa para a Administração Pública e que atenda todos os requisitos solicitados.

Com esta contratação o Conselho de Engenharia Agronomia e Geociências – CREA-ES, pretende alcançar os seguintes benefícios: Prover níveis adequados de segurança à rede de dados. Assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações. Aumento da eficiência contra as vulnerabilidades, segurança, proteção e autenticidade de dados sensíveis da organização. Possibilitar a identificação e o rastreamento das tentativas de invasão à rede. Proteção, autenticidade e acessibilidade as informações. Resolução remota de incidentes de segurança. Atualização tecnológica dos recursos humanos envolvidos na área de segurança (treinamentos). Implementação de regras e políticas de segurança no que se refere ao uso da rede de dados. Filtrar conteúdo, com a capacidade de analisar em tempo real o acesso à internet, permitido ou bloqueando sites de acordo com a categoria e permitir a emissão de relatório de acesso, evitando o anonimato na rede e assegurando a boa utilização da internet.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A ausência da solução em questão pode levar a eventos catastróficos com impactos negativos incalculáveis para os dados do CREA-ES. Assim, sua contratação se justifica economicamente, uma vez que reduzirá custos inesperados relacionados à mitigação de riscos. Além disso, a solução proposta é amplamente reconhecida como a melhor alternativa disponível no mercado para as demandas atuais. Essa escolha também se justifica economicamente pela alta concorrência entre fornecedores, o que pode reduzir os valores de referência e gerar economia para a administração.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prevenção de Eventos Catastróficos: A ausência desta solução pode levar a eventos catastróficos com impactos negativos incalculáveis para os





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

dados do CREA-ES. A implementação da solução ajudará a evitar tais eventos.

Redução de Custos: A contratação se justifica economicamente, pois permitirá a redução de custos inesperados relacionados à mitigação de riscos, resultando em uma gestão financeira mais eficiente.

Melhor Alternativa de Mercado: A solução proposta é amplamente reconhecida como a melhor alternativa disponível no mercado para atender às demandas atuais, garantindo a eficácia e a qualidade do serviço.

Concorrência e Economia: A escolha também se justifica pela alta concorrência entre fornecedores, o que pode levar à redução dos valores de referência e, conseqüentemente, gerar economia para a administração.

Segurança e Confiabilidade: Implementar a solução aumenta a segurança e a confiabilidade dos dados do CREA-ES, protegendo informações críticas contra possíveis falhas ou ataques.

Eficiência Operacional: A solução proporcionará uma maior eficiência operacional, permitindo uma gestão mais ágil e eficaz dos recursos e processos do CREA-ES.

17.Providências a serem Adotadas

O Departamento de informática adotará a forma de repasse de conhecimento entre os integrantes da equipe que gerenciará a solução contratada. O repasse de conhecimento se dará na forma de capacitação ou treinamento na solução e seus recursos. A referida atividade de treinamento deverá ser capaz de dotar aos participantes a capacidade de instalar, operar e manter todos os módulos e recursos da solução fornecida pela contratada. Serão capacitados 2 (dois) integrantes da equipe responsável pelo gerenciamento da solução contratada. Juntamente com o repasse de conhecimento, a TI deverá realizar o armazenamento da documentação dos produtos contratados em ambiente digital.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A solução proposta é viável e justificável sob diversos aspectos, destacando-se:

A implementação desta solução é crucial para evitar eventos catastróficos que poderiam causar impactos negativos incalculáveis aos dados do Conselho. A contratação é economicamente justificável, pois contribuirá para a redução de custos inesperados associados à mitigação de riscos. Esta solução é reconhecida no mercado como a melhor alternativa para as demandas atuais. A proposta é amplamente aceita como a mais eficaz e de maior qualidade disponível no mercado, garantindo que as necessidades do CREA-ES sejam atendidas de forma otimizada. A solução proporcionará maior eficiência operacional, permitindo uma gestão mais ágil e eficaz dos recursos e processos.

Com base nesses pontos, declaramos a viabilidade da contratação da solução proposta, ressaltando sua importância e os benefícios significativos que trará para a administração do CREA-ES.

19. Responsáveis pela elaboração deste ETP

Douglas do Espírito Santo
Supervisor de TI

Fernando Luiz Fontes Barros
Gerente de Tecnologia e Inovação





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO III

ANÁLISE DE RISCOS

20. Informações Básicas

Número do processo: 200.803/2026

Aquisição da renovação de licenças de software antivírus BitDefender versão **GravityZone Business Security Enterprise**, suporte, garantia e atualização por 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

21. Introdução

Segundo o dicionário Houaiss, risco é a “probabilidade de insucesso, de malogro de determinada coisa, em função de acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados.”, ou ainda, pelo Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, “possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, que ameaça de dano a pessoa ou a coisa.”. São 3 (três) os componentes básicos do risco:

um determinado evento, a probabilidade de ocorrência do evento, e o impacto decorrente do evento.

A Análise de Riscos procura identificar, estimar, avaliar, monitorar e administrar esses eventos que representam riscos e as vulnerabilidades dos recursos de informação de uma organização ou de um determinado projeto e definir ações para seu controle ou minimização do impacto.

Uma vez identificado um risco, estima-se a probabilidade de sua ocorrência e o seu impacto na organização ou no projeto, possibilitando o cálculo do Valor Esperado do Risco. A partir do cálculo do Valor Esperado, pode-se priorizar os riscos em função do seu potencial de influência e recomendar a melhor estratégia para tratamento de cada risco identificado.

Para auxiliar no cálculo do Valor Esperado, as seguintes tabelas serão utilizadas:

- Matriz de probabilidades:

Referencial	Probabilidade
Provavelmente ocorrerá	10
Grande chance de ocorrer	7
Igual chance de ocorrer ou não	5
Baixa chance de ocorrer	3
Chance remota de ocorrer	1





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- Avaliação do Impacto:

Grau do Impacto	Peso	Características
Muito grande	5	Perda do sistema. Morte ou lesões graves.
Grande	4	Degradação crítica do sistema, necessita de ações corretivas imediatas. Lesões.
Moderado	3	Degradação moderada do sistema, necessita de ações não imediatas. Pequenas lesões.
Pequeno	2	Pequena degradação do sistema, é compensável ou controlável. Não causa lesões.
Muito pequeno	1	Não degrada o sistema, nem seu funcionamento. Não ameaça os recursos humanos.

22. Identificação dos riscos do processo de contratação

Considerando as análises já efetuadas nos documentos anteriores, o serviço em análise já está amadurecido no mercado e diversas empresas podem fornecê-lo sem dificuldade. O que se pôde perceber é que se essa etapa for bem-feita, os riscos de uma contratação malsucedida são minimizados.

Com isso, os seguintes riscos puderam ser identificados para essa fase:

- Termo de Referência mal elaborado;
- Divulgação insuficiente do pregão de aquisição em análise;
- Trâmite interno do processo de contratação muito moroso;
- Conluio entre as empresas licitantes.

23. Identificação dos riscos da Solução de Tecnologia da Informação

Produtos não foram entregue dentro do prazo estabelecido;
Produtos entregues não atendem ao especificado no edital;
Ocorrência de falhas ou deficiências do software não identificadas nos testes realizados;
Mídia de instalação do software danificada;
Software contendo rotina alienígena (virus, worms, spyware, etc).





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

24. Análise qualitativa dos riscos identificados

Risco identificado	Probabilidade de ocorrência do risco	Impacto da ocorrência do risco	Valor Esperado do Risco	Consequência do Risco
3.1	1	3	3	Fornecimento de solução diversa da esperada.
3.2	1	3	5	Falta de competitividade na licitação / licitação deserta.
3.3	3	2	1	Pode ocasionar a perda do orçamento para o serviço.
3.4	1	2	3	Falta de competitividade na licitação.
4.1	5	1	5	Atraso na entrega do serviço.
4.2	1	2	1	Serviço não será prestado como desejado.
4.3	1	2	1	Software inadequado ao uso.
4.4	3	1	1	Sistema não poderá ser instalado.
4.5	1	3	3	Contaminação da Rede do TCDF.

25. Tratamento dos riscos por ordem de criticidade (valor esperado do risco)

Valor Esperado do Risco	Risco identificado	Tratamento do Risco	Responsável (eis)
1,5	3.3	Compromisso do setor de Compras e Licitações no sentido de dar a vazão adequada aos processos de contratação.	Funcionários da Unidade de Compras e Licitações envolvidas no processo de contratação
0,75	3.2	Garantir a ampla divulgação do processo de contratação.	Área de Compras e Licitações (gestor)
0,5	4.1	Previsão de sanção por atraso no edital.	Área de Compras e Licitações (gestor)
0,3	3.1	Termo de Referência deve ser revisado exaustivamente para garantir uma boa especificação do objeto e sua execução.	Corpo técnico da TI e PREGOEIRO
0,3	4.5	Previsão de sanção e reparo do software no edital. Manter atualização do sistema antivírus.	Corpo técnico da TI
0,25	4.4	Recebimento não será atestado. Produto não será pago.	Gestor do contrato
0,2	3.4	Termo de Referência bem elaborado, com uma planilha de custo calculada de acordo com os valores praticados no mercado.	Corpo técnico da TI
0,2	4.2	Recebimento não será atestado. Produto não será pago.	Gestor do contrato
0,2	4.3	Realização de testes exaustivos antes de atestar o produto entregue	Corpo técnico da TI e Gestor do contrato

Vitória, 25 de fevereiro de 2026

Douglas do Espírito Santo
Supervisor de TI

Fernando Luiz Fontes Barros
Gerente de Tecnologia e Inovação

Página 123 de 140





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026
PROCESSO Nº 200.803/2026

À

Comissão de Contratação / Pregoeiro

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES

1. DADOS DA PROPONENTE

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade/UF: _____

CEP: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____

Cargo: _____

2. OBJETO

Apresentamos proposta comercial para a **renovação de licenças de software antivírus BitDefender GravityZone Business Security Enterprise, com suporte, garantia e atualização, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses**, conforme condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

3. PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Renovação de licenças de software antivírus BitDefender GravityZone Business Security Enterprise, com suporte, garantia e atualização por 36 meses	Unid.	350		

Valor Global da Proposta: R\$ _____





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4. DECLARAÇÕES

Declaramos que:

- a) estão inclusos nos preços propostos todos os custos, despesas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros necessários ao pleno cumprimento do objeto;
- b) a proposta está em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos;
- c) o prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação;
- d) o objeto ofertado atende integralmente

RAZÃO SOCIAL, CNPJ
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL





CREA-ES

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal**

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200.803/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO –
CREA-ES E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO – CREA-ES**, autarquia federal de fiscalização profissional, inscrito no CNPJ sob o nº **27.069.909/0001-95**, com sede na **Rua Izidro Benezath, nº 48, Ed. SIX, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-300**, neste ato representado por seu Presidente, **Jorge Luiz e Silva**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **renovação de licenças de software antivírus BitDefender versão GravityZone Business Security Enterprise, suporte, garantia e atualização por 36 (trinta e seis) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 200.803/2026.

1.2. A contratação compreende o quantitativo de **350 (trezentas e cinquenta) licenças**, destinadas à proteção do ambiente tecnológico do CREA-ES, abrangendo servidores, desktops e notebooks.

1.3. A solução contratada deverá observar as especificações e requisitos técnicos constantes do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e da proposta da





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CONTRATADA, incluindo suporte, garantia, atualização e demais funcionalidades previstas para a solução corporativa adotada pelo CREA-ES.

1.4. Integram este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, a Análise de Riscos, o Edital do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 200.803/2026.

1.5. O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO PROCESSO

2.1. O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico nº XXXX/2026**, referente ao Processo Administrativo nº **200.803/2026**, sendo celebrado com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**.

2.2. Aplicam-se a este contrato, especialmente nos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais normas de direito público e, subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado cabíveis.

2.3. Integram e vinculam o presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, que passam a fazer parte integrante deste instrumento:

- I** – o Termo de Referência;
- II** – o Estudo Técnico Preliminar;
- III** – a Análise de Riscos;
- IV** – o Edital do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026;
- V** – a proposta da CONTRATADA;
- VI** – a nota de empenho, quando emitida; e
- VII** – os demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 200.803/2026.

2.4. Em caso de divergência entre os documentos que integram a contratação, prevalecerá a seguinte ordem:

- I** – este contrato;
- II** – o Termo de Referência;
- III** – o Edital;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

IV – a proposta da CONTRATADA;

V – os demais documentos do processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura.

3.2. Nos termos do Termo de Referência e do Edital, a vigência contratual **não será prorrogada**.

3.3. A eficácia do presente contrato ficará condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ _____** (_____), nele estando incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, suporte técnico, garantia, atualização, treinamento e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

4.2. O valor contratado corresponde ao quantitativo efetivamente adjudicado à CONTRATADA, conforme proposta vencedora e documentos constantes do Processo Administrativo nº 200.803/2026.

4.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da conta de **Serviços de Informática nº 1359**.

4.4. Eventuais acréscimos ou supressões contratuais, quando cabíveis, observarão os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

5.1. A execução do objeto compreenderá a renovação das licenças contratadas, suporte, garantia e atualização da solução pelo período de 36 (trinta e seis) meses, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na proposta da CONTRATADA.

5.2. A execução dos serviços será iniciada em até **15 (quinze) dias** após a assinatura e publicação do contrato.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

5.3. A solução deverá ser disponibilizada para o ambiente tecnológico do CREA-ES, abrangendo servidores, desktops e notebooks, com gerenciamento centralizado e suporte às funcionalidades previstas nos documentos da contratação.

5.4. As licenças fornecidas deverão ser por subscrição e permanecer ativas durante toda a vigência do contrato.

5.5. A CONTRATADA deverá assegurar a compatibilidade da solução com o ambiente tecnológico existente no CREA-ES, observada a padronização justificada no Termo de Referência.

5.6. Todas as despesas relativas à execução do objeto correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

5.7. A execução do objeto não afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade, adequação, suporte, atualização e garantia da solução fornecida, permanecendo íntegra sua obrigação de reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, qualquer parte do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DA SOLUÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO/CORREÇÃO

6.1. A solução contratada deverá contemplar **suporte, garantia e atualização por 36 (trinta e seis) meses**, contados da vigência contratual, abrangendo vícios, falhas de funcionamento, defeitos, indisponibilidades e desconformidades em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2. Durante o prazo contratual, a CONTRATADA obriga-se a corrigir, substituir, regularizar ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, a solução ou os serviços que apresentarem vícios, defeitos, incorreções, avarias, falhas de funcionamento ou desconformidade técnica.

6.3. A correção ou substituição de que trata o item anterior deverá ser realizada no prazo fixado pela fiscalização contratual, a contar da notificação formal expedida pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.4. A garantia prevista nesta cláusula não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos, nem afasta a incidência das normas de proteção contratual e legal aplicáveis à contratação.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.5. A recusa injustificada da CONTRATADA em promover a correção, substituição ou regularização do objeto defeituoso ou em desacordo com as especificações contratuais poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais medidas legalmente admitidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, na forma prevista no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

7.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da disponibilização, ativação ou entrega da solução, para verificação preliminar de sua conformidade aparente com as especificações contratuais.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência técnica do objeto pela unidade competente do CONTRATANTE, mediante verificação do atendimento integral às especificações constantes deste contrato, do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, adequação e perfeito funcionamento da solução contratada, nem afasta sua obrigação de corrigir ou substituir o que venha a apresentar vícios, defeitos ou desconformidades.

7.5. Constatada qualquer irregularidade no objeto executado, o CONTRATANTE poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua correção, substituição ou regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.6. O pagamento somente será devido após o recebimento definitivo, conforme previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumpre à CONTRATADA executar o objeto deste contrato em estrita observância às condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência, no Edital, na proposta apresentada e nos demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 200.803/2026.

8.2. A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar a renovação de **350 licenças** de software antivírus **BitDefender GravityZone Business Security Enterprise**, com suporte, garantia e atualização por **36 (trinta e seis) meses**.

Página **130** de **140**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

8.3. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até **15 (quinze) dias** após a assinatura e publicação do contrato.

8.4. A CONTRATADA responsabiliza-se pela correção, substituição ou regularização, às suas expensas, de qualquer parte do objeto que apresente vício, defeito, avaria, incorreção, falha de funcionamento ou desacordo com as especificações constantes deste contrato e do Termo de Referência.

8.5. A CONTRATADA será obrigada a corrigir, remover, substituir ou refazer, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.6. Todas as despesas decorrentes da execução contratual correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

8.7. A CONTRATADA deverá prestar suporte, garantia e atualização durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

8.8. A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

8.9. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.10. A CONTRATADA deverá atender prontamente às determinações da fiscalização contratual, prestando os esclarecimentos, informações e documentos que forem solicitados para o fiel acompanhamento da execução do objeto.

8.11. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

8.12. A CONTRATADA deverá estar perfeitamente alinhada com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e oferecer orientações necessárias à contratante para a adequação.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Compete ao CONTRATANTE proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar regularmente o objeto contratual.

9.2. O CONTRATANTE deverá encaminhar à CONTRATADA, por meio do fiscal ou gestor do contrato, as solicitações formais, observadas as condições e os limites estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

9.3. O CONTRATANTE deverá receber provisoriamente e definitivamente o objeto, mediante verificação de sua conformidade com as especificações contratuais, rejeitando, no todo ou em parte, a execução em desacordo com as exigências estabelecidas.

9.4. O CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará a execução do contrato por meio de servidor designado, anotando em registro próprio as ocorrências verificadas e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos.

9.5. O CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, por escrito, acerca de imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis.

9.6. O CONTRATANTE efetuará o pagamento devido à CONTRATADA na forma e no prazo previstos neste contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a apresentação regular da documentação exigida.

9.7. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de inadimplemento contratual.

9.8. O CONTRATANTE poderá recusar, no todo ou em parte, o objeto executado em desconformidade com este contrato, com o Termo de Referência ou com a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, na qualidade de Gestor/Fiscal do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

10.2. Compete ao Gestor/Fiscal do Contrato acompanhar a execução contratual em todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as ocorrências verificadas e determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, vícios ou defeitos observados.

10.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, resultantes de culpa ou dolo na execução do contrato.

10.4. O Gestor/Fiscal do Contrato poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as especificações contratuais, do Termo de Referência ou da proposta da CONTRATADA, devendo a empresa promover a correção, substituição ou regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada, os esclarecimentos, informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

10.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor/Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.

11.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme o Termo de Referência.

11.3. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº 14.133/2021.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

11.5. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I** – o prazo de validade;
- II** – a data da emissão;
- III** – os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV** – o período de prestação dos serviços;
- V** – o valor a pagar; e
- VI** – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.7. Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I** – não produziu os resultados acordados;
- II** – deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- III** – deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

11.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

11.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = **0,00016438**, assim apurado:

I = (TX / 365)

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis, conforme previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- I** – não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II** – ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III** – falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV** – comportar-se de modo inidôneo;
- V** – cometer fraude fiscal;
- VI** – não manter a proposta;
- VII** – apresentar documentação falsa.

13.2. Serão aplicadas à CONTRATADA, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar;
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

13.3. A sanção de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades, conforme a gravidade da infração, observado o princípio da proporcionalidade e os prejuízos causados à Administração.

13.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição da penalidade mais grave, impedindo a CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **03 (três) anos**.

13.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses de infrações mais graves previstas em lei, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observado o prazo mínimo legal.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para a Administração;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível.

13.8. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.9. O atraso injustificado na execução do objeto, o descumprimento das especificações técnicas e a inexecução total ou parcial do contrato sujeitarão a CONTRATADA às penalidades previstas nesta cláusula, observada a legislação aplicável.

13.10. O procedimento para apuração de infrações e aplicação de penalidades observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, a regulamentação interna do CONTRATANTE, se houver.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante ato formal da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

14.2. Constituem motivos para extinção contratual, entre outros previstos em lei:

I – o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelas partes;

II – o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III – a lentidão do cumprimento contratual, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado na execução do objeto;

V – a paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

VI – a decretação de falência ou a dissolução da CONTRATADA;

VII – a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

VIII – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;

IX – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada unilateralmente pelo CONTRATANTE, nos casos previstos em lei;

II – consensual, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

III – determinada por decisão arbitral ou judicial, nos termos da legislação aplicável.

14.4. A extinção unilateral do contrato por ato do CONTRATANTE não exime a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes das infrações praticadas, nem da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

14.5. Extinto o contrato, o CONTRATANTE poderá reter créditos decorrentes do ajuste até o limite dos prejuízos causados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.6. Na hipótese de extinção contratual, serão apurados os valores devidos até a data do encerramento, relativos às obrigações efetivamente cumpridas pela CONTRATADA, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público devidamente justificado e observada a formalização por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses de apostilamento.

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. As alterações contratuais deverão preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, quando cabível, observadas as disposições legais aplicáveis.

15.4. Nenhuma alteração contratual poderá modificar a natureza do objeto contratado ou implicar burla ao dever de licitar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previstos na Lei nº 14.133/2021, como condição indispensável à eficácia do contrato.

16.2. Sem prejuízo da publicação no PNCP, o CONTRATANTE promoverá os demais atos de transparência e publicidade exigidos pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da **Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo**, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vitória, ____ de _____ de 2026.

JORGE LUIZ E SILVA

Presidente do CREA-ES

Representante Legal da CONTRATADA

